



NAPP

NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO E PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERAÇÃO RACIAL - FIA

CADERNOS DE

igualdade racial

2

NILMA LINO GOMES | CRISTINA TEODORO
ELEN COUTINHO | ORGANIZADORAS

CONSCIÊNCIA NEGRA | ESCRIVÊNCIA | TRABALHO E RAÇA
LUTA QUILOMBOLA | LIVROS DIDÁTICOS



FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG
BRASIL



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

CADERNOS DE
igualdade
racial



NAPP
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas da
Ação Racial

2



NILMA LINO GOMES | CRISTINA TEODORO | ELEN COUTINHO
ORGANIZADORAS

SÃO PAULO, JULHO DE 2022

FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG
BRASIL



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Elen Coutinho

Jéssica Italoema

Alberto Cantalice

Artur Henrique

Carlos Henrique Árabe

Geraldo Magela

Jorge Bittar

Valter Pomar

Conselho editorial

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer,

Clarisse Paradis, Conceição Evaristo,

Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira,

Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo,

Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori,

Rita Sipahi, Sílvia Almeida, Tássia Rabelo,

Valter Silvério

Coordenador editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Costa

Projeto gráfico, diagramação e capa

Caco Bisol

Revisão de texto

Angélica Ramacciotti, Claudia Andreotti

Fotos

Pixabay e Flickr

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

04117-091 São Paulo – SP

Fone: (11) 5571 4299

www.fpabramo.org.br

NAPP Igualdade racial

Nilma Lino Gomes (coordenadora), Acácio Sidnei Almeida Santos, Bárbara Oliveira de Souza, Benedita da Silva, Célia Gonçalves Souza, Cleber Santos Vieira, Cledisson Geraldo dos Santos Junior, Cristina Teodoro (coordenação executiva), David da Silva Jr, Dora Lucia de Lima Bertulio, Douglas Elias Belchior, Edmilson Santos dos Santos, Edson Santos de Souza, Elen Coutinho, Élda Lauris (coordenação executiva), Elói Ferreira Araújo, Fabiana Ana da Silva, Frances Mary C. Silva, Gabriel de Carvalho Sampaio, Givânia Maria da Silva (vice coordenadora), Iêda Leal de Souza, Ilyá Sandrali de Campos Bueno, Janete Rocha Pietá, Jaqueline Santos, Jéssica Italoema da Silva Moura, Luís Gustavo Magnata Silva, Luiz Alberto da Silva Santos, Maria Isabel da Silva Sales, Mário Resende (coordenação executiva), Martvs Antônio Alves das Chagas, Matilde Ribeiro, Paulo Renato Paim, Paulo Vinicius Baptista da Silva, Renato Ferreira, Rita Cristina de Oliveira, Roberta Lima Barreto Monteiro, Roberto Carlos da Silva Borges (coordenação executiva), Romero Antonio de Almeida Silva, Ronaldo Crispim Sena Barros, (coordenação executiva) Roseli Maria de Oliveira e Silva, Sheila de Carvalho, Valdélio Santos Silva, Vercilene Francisco Dias, Vicente Paulo da Silva, Ynaê Cortada Lotito, Zélia Amador de Deus.

Centro de Altos Estudos (CAE)

Coordenador-executivo

William Nozaki

Apoio



Responsáveis:

Christoph Heuser, representante da FES no Brasil

Jaqueline Lima Santos, diretora de projetos

Willian Habermann, diretor de projetos

Contato: <https://brasil.fes.de/> / fesbrasil@fes.org.br

Friedrich Ebert Stiftung – Brasil

Av. Paulista, 2001 – 13º andar, conj. 1313

01311-931 – São Paulo/SP - Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C122 Cadernos igualde racial [livro eletrônico] / Nilma Lino Gomes, Cristina Teodoro e Elen Coutinho (orgs.). – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2022.

120 p. : il. ; 21 cm.
v. 2

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5626-070-9

1. Igualdade racial 2. Movimento negro 3. Racismo 4. Mercado de trabalho I. Gomes, Nilma Lino II. Teodoro, Cristina

CDU 323.118

(Bibliotecário responsável: Eduardo Fahl – CRB 8 / 6387)

ÍNDICE

7 APRESENTAÇÃO

NILMA LINO GOMES
CRISTINA TEODORO
ELEN COUTINHO

25 “SE AVANÇAMOS, FOI DANDO MURRO EM PONTA DE FACA”

ENTREVISTA COM CONCEIÇÃO EVARISTO, POR CARLOS HENRIQUE
ÁRABE, CONSTÂNCIA LIMA DUARTE, MACAÉ EVARISTO, NILMA LINO
GOMES, VALTER SILVÉRIO

51 ENEGRECER A ESQUERDA, O CAMINHO ESTRATÉGICO DA LUTA POPULAR NO BRASIL

BENEDITA DA SILVA

57 ENTRE ESQUERDA E DIREITA, O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO É DE ESQUERDA

FLÁVIO JORGE RODRIGUES DA SILVA

63 TRABALHO E RAÇA: OS DESAFIOS HISTÓRICOS CONTEMPORÂNEOS DA INCLUSÃO E IGUALDADE

JEFFERSON JOSÉ DA CONCEIÇÃO E VÂNIA VIANA

79 A LUTA QUILOMBOLA EM MOVIMENTO

BÁRBARA OLIVEIRA SOUZA

91 PESSOAS NEGRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS E INFANTIS

PAULO VINÍCIUS BAPTISTA DA SILVA

111 RACISMO RELIGIOSO EM TEMPO DE ATAQUE À DEMOCRACIA

IYÁ SANDRALI D'QSÚN





Mahin Amanhã

Miriam Alves

Ouve-se nos cantos a conspiração
vozes baixas sussurram frases precisas
escorre nos becos a lâmina das adagas
Multidão tropeça nas pedras

Revolta

há revoada de pássaros

sussurro, sussurro:

“é amanhã, é amanhã.

Mahin falou, é amanhã”

A cidade toda se prepara

Malês

bantus

geges

nagôs

vestes coloridas resguardam esperanças

aguardam a luta

Arma-se a grande derrubada branca

a luta é tramada na língua dos Orixás

é aminhã, aminhã”

sussuram

Malês

bantus

geges

nagôs

“é aminhã, Luiza Mahin falô”

Cadernos negros: melhores poemas. São Paulo: Quilombhoje, 2008,
p. 104.

APRESENTAÇÃO

NILMA LINO GOMES¹

CRISTINA TEODORO²

ELEN COUTINHO³

Desde 2020 a Fundação Perseu Abramo (FPA), por meio do Centro de Altos Estudos da (CAE), vem desenvolvendo estratégias que visam uma nova configuração para as ações desenvolvidas pela instituição. Entre outras, encontra-se a criação dos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPPs), que desempenham um papel de produção e formulação de conhecimento junto ao Partido dos Trabalhadores (PT), às organizações sociais progressistas e aos movimentos sociais, e se constitui como um espaço de proposição de ações de atualização e formação da

1. Professora titular emérita da UFMG. Doutora em Antropologia Social/USP, pós-doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra e em Educação pela UFSCAR. Bolsista de Produtividade em Pesquisa/CNPQ. Professora da pós-graduação em educação Conhecimento e Inclusão Social da FAE/UFMG. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-raciais e Ações Afirmativas/Nera/CNPQ. Coordenadora do NAPP Igualdade Racial e membro do Conselho Curador da FPA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0767-2008>.

2. Professora adjunta efetiva da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Campus dos Malês/BA. Membro da Coordenação Executiva do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas de Igualdade Racial. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação, infância e diferença em processos pós-coloniais (GEIDPP). Email: cristina.teodoro@unilab.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2935-1085>.

3. Economista. Diretora da Fundação Perseu Abramo – Centro Sergio Buarque de Holanda. Membro do Diretório Nacional do PT. Membro do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas de Igualdade Racial. Membro do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas de Desenvolvimento Social.

militância política do PT, expandidas para outros setores do campo progressista.

Nesse escopo, o Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas de Igualdade Racial (NAPP de Igualdade Racial), desde 2020, quando foi criado, tem buscado, em parceria com ativistas, entidades do movimento negro, parlamentares, organizações não governamentais emancipatórias, a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT e a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), desenvolver estratégias de enfrentamento ao racismo e, particularmente, o enfrentamento ao desmonte imposto pelo governo de extrema-direita, eleito em 2018, aos direitos humanos e às políticas públicas de promoção de igualdade racial.

Foi com base no enfrentamento a esses desafios que, entre outras ações, o NAPP de Igualdade Racial, em parceria com a editora da Fundação Perseu Abramo e com o apoio da Fundação Friedrich Ebert Brasil (FES) criou a coleção *Cadernos de Igualdade Racial*, que objetiva disseminar conteúdos desenvolvidos sobre a temática racial, por meio de distintas linguagens e abordagens, para subsidiar a formação política de diferentes públicos como militantes, sindicalistas, população de base, professores da educação básica e, ainda, distintos públicos que defendem a democracia.

Os *Cadernos de Igualdade Racial* são publicados no formato impresso e *on-line* para que possam ser trabalhados nos mais diversos espaços: movimentos sociais, formação política de base, escolas da Educação Básica, universidades, espaços das religiões de matriz africana e de terreiros, entre outros.

No ano de 2022, quando discutimos os 200 anos de luta por Independência no Brasil, essa publicação se realiza em parceria com o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Perseu Abramo, e suas realizações em prol desse momento político. É nossa intenção afirmar que não se pode discutir a independência sem refletir a manutenção da escravidão no pós-independência e sem ponderar que ainda somos um país preso às armadilhas do racismo. Lamentavelmente, o país não se libertou desse fenômeno perverso e, em todos os ciclos políticos e econômicos, desde o início do sequestro dos africanos e africanas realizado pelo regime escravista até os dias de hoje, o racismo segue estruturando as relações sociais brasileiras, a economia, a política, a educação e o trabalho.

A ocasião do bicentenário da independência evidenciará a relação entre história, memória e política. O momento instiga o debate sobre o passado e o presente da independência do Brasil da perspectiva das camadas populares. Ao contrário da história apaziguada e homogênea que deverá compor os festejos estatais, a tradição de luta da classe trabalhadora pela sua sobrevivência e organização política, e a ação e repressão do Estado nacional em relação a esta realidade, demarcam uma trajetória de conflitos permanentes entre a maioria da população e as elites nacionais, compondo um contexto de exploração, tanto do ser humano como também dos recursos naturais do território.

Os festejos cívicos das comemorações da independência farão parte dos ritos que associam a memória e a identidade na-

cional ao recorte conservador, em que os grandes processos políticos ocorrem pelas mãos das elites escravocratas. Essa construção oculta as experiências e a tradição de lutas do povo por liberdade e cidadania, valorizando mitos sobre a suposta passividade do povo brasileiro, a democracia racial, entre outras construções ideológicas apaziguadoras dos conflitos intrínsecos à sociedade brasileira.

Temos um longo e árduo desafio pela frente na luta antirracista. Isso não significa desconsiderar as conquistas históricas do Movimento Negro, das políticas de igualdade racial e de combate ao racismo e das ações afirmativas implementadas pelos governos Lula e Dilma no período de 2003 a 2016. Significa reconhecer que o que já fizemos em prol da superação do racismo em nosso país, como dever político e cívico, precisa avançar ainda mais. Principalmente após o Golpe Parlamentar de 2016 e a ascensão da extrema-direita ao Poder Executivo, em 2018, e a série de retrocessos aos direitos por ela impostos ao país, dentre eles, o direito à vida da população negra.

Por isso, discutir os 200 anos de Independência passa pela indagação: a independência trouxe a libertação para todas, todos e “todés” os grupos sociais, étnicos, raciais, de gênero e orientação sexual em nosso país? Trouxe igualdade de direitos e condições para todas, todos e “todés”? O que nos falta avançar, do ponto de vista étnico-racial, para que possamos, de fato, ser considerados independentes?

O primeiro *Caderno de Igualdade Racial* contemplou artigos com discussões direcionadas ao contexto de pandemia, pro-

vocada pelo novo coronavírus, a partir de 2020. Assim, os artigos analisaram como as desigualdades foram acirradas e impactam a população negra (pretos e pardos), em número de mortes decorrentes das condições precárias de moradia, trabalho, ausência de alimentação e a ausência de políticas sociais, de direitos humanos e de igualdade racial, expressas nas ações do governo federal e na correlação desigual de forças no Congresso Nacional.

O segundo *Caderno*, que ora apresentamos, é composto por um conjunto de textos que tem como foco, ainda em contexto pandêmico, analisar por um lado o racismo, a discriminação e o preconceito racial que historicamente tem imposto situações e condições de vulnerabilidade e de subordinação à população negra e, por outro, os desafios e o papel do que se denomina “esquerda brasileira” para inserir no debate político e desenvolver estratégias que levem em consideração as especificidades da população negra que tem, ao longo do tempo, buscado por direitos com igualdade e dignidade, articulados à diferença. Ainda, entre os textos, estão presentes discussões sobre a luta e a resistência para o enfrentamento e o combate ao racismo, desenvolvidas tanto por integrantes do movimento negro quanto acadêmicos.

Os artigos aqui registrados constam da publicação do mês de novembro de 2021, da Revista Teoria e Debate, edição 2014, por ocasião do Novembro Negro da Fundação Perseu Abramo – em alusão ao mês da Consciência Negra. Ao republicá-los, o NAPP de Igualdade Racial segue com o seu objetivo de socializar a produção

de conhecimento sobre a temática racial e afrodiáspórica publicada em revistas e outras mídias da Fundação Perseu Abramo para um público maior, tornando-a mais acessível e ágil.

“Se avançamos, foi dando murro em ponta de faca”. É com essa frase que apresentamos o primeiro texto deste caderno. Tecida pela escritora Conceição Evaristo durante entrevista concedida a Henrique Árabe, Constância Lima Duarte, Macaé Evaristo, Nilma Lino Gomes e Valter Silvério. De forma crítica, enfática e sem perder o carisma e a doçura, a escritora responde perguntas sobre sua infância e como já era uma menina negra que questionava a sociedade e o racismo, a discriminação e os preconceitos percebidos em relação aos membros de sua família, particularmente às mulheres negras. Discute, também, termos e conceitos como juventude, tecnologia, políticas públicas, entre outros. Ao analisar sua escrita como vingança, Conceição Evaristo diz que fala, também, pelas mulheres negras que ao longo da história não tinham o direito à fala e que, hoje, usa a sua escrita como um meio de convocação e de incômodo. Na mesma linha de argumentação, explicita como compreende o conceito por ela cunhado: “Escrevivência”. Para ela, esse conceito permite partir da prática para a teoria, ou seja: primeiro vive, depois elabora sobre o que viveu. Evaristo, ao ser questionada sobre a esquerda brasileira, diz que é necessário refletir sobre como essa esquerda está convicta de que o racismo é uma das primeiras questões que os partidos de esquerda deveriam enfrentar. Com a mesma argumentação crítica, se posiciona sobre o ano atual

em que a independência do Brasil completa 200 anos. Para ela, a independência deveria supor condição de vida e não condição de sobrevivência. Na sobrevivência, afirma, se tem o que se pensa que basta, não o que é de direito.

Na mesma toada, de uma alegação crítica, a deputada Benedita da Silva segue com o segundo texto: “Enegrecer a esquerda – o caminho estratégico da luta popular no Brasil”. Destaca os avanços alcançados com as estratégias desenvolvidas pelo PT, particularmente a política de cotas, mas ressalta que há fortes limitações em relação à prática política. Sendo a primeira, e mais importante, a insuficiente compreensão de que o povo negro não é apenas vítima do racismo, mas também o sujeito ou protagonista de qualquer mudança social mais profunda do país; a segunda, decorrente da primeira, a necessidade imperiosa da esquerda de fazer o permanente trabalho de organização da base popular – base essa majoritariamente negra. Ao afirmar que o PT nasceu não apenas sob o impulso sindicalista, mas também dos movimentos negro, feminista e comunitário, analisa a necessidade de avançar em relação à qualidade das dimensões articuladas de combate ao racismo e de gênero no sentido de entendê-las como algo mais amplo, como partes integrantes essenciais da libertação social e nacional de nosso povo. Assim, o objetivo maior é o de “enegrecer” a esquerda e seus movimentos sociais, por meio do trabalho de base permanente nas favelas e periferias, onde está a maioria das mulheres e negros oprimidos e discriminados.

Flávio Jorge Rodrigues da Silva inicia o texto “Entre esquerda e direita, o movimento negro brasileiro é de esquerda” dizendo que é preciso uma agenda que aprofunde o combate ao racismo, à discriminação, ao preconceito e ao genocídio do povo negro. A hora é de lutar, sonhar e almejar o impossível! Assim, analisa que para além de uma avaliação crítica dos problemas internos da organização da luta antirracista que estão em debate neste momento de renovação da organização nacional, estadual e municipal do PT, via suas secretarias, há um retrocesso no conteúdo do debate teórico do partido no que tange à questão identitária. Ou seja, o racismo e a questão racial não podem ser considerados – nas análises, nos documentos e nas falas de muitos dirigentes – apenas como expressões ou manifestações identitárias, já que o racismo é estrutural e, por isso, no Brasil, seu enfrentamento e superação passa pela mudança radical nas estruturas políticas e econômicas e, também, pela reestruturação do projeto político partidário de país.

Os textos que seguem, de forma geral, apresentam elementos significativos dos desafios colocados à esquerda brasileira quando se propõe a desenvolver um projeto de sociedade pautado na renovação e na justiça social. Nesse sentido, no mundo do trabalho, por exemplo, o texto “Trabalho e raça: os desafios históricos contemporâneos da inclusão e igualdade”, elaborado pelo economista Jefferson José da Conceição e Vânia Viana, destaca que a exclusão e a desigualdade marcaram o trabalho desde os primórdios da formação econômica brasileira. Para eles, já no século XX – ca-

racterizado pela urbanização, industrialização e ciclos econômicos determinados pelas dinâmicas interna e externa –, os negros, ao buscar sua inserção no mercado de trabalho como homens livres, tinham que lidar com discriminações e desigualdades em comparação com os brancos. Quando rompiam com a barreira do racismo, do preconceito e da discriminação na contratação e no trabalho, eram ocupados em cargos com menores qualificações e remunerações. Tais situações são extremamente atuais e foram, nos tempos contemporâneos, “modernizadas”, necessitando, para o seu enfrentamento, de desenvolvimento de políticas públicas e privadas que contemplem a igualdade e a melhoria da escolarização formal, o combate ao racismo e ao preconceito na contratação e no trabalho e a inclusão do negro no pleno domínio e participação no processo de geração e uso das novas tecnologias, especialmente as digitais.

Apesar do processo crescente de mobilização e organização das comunidades quilombolas – cuja pauta é a busca pela efetivação dos seus direitos, com ênfase para o direito à terra –, Bárbara Oliveira Souza, no texto “A luta quilombola em movimento”, argumenta que após mais de três décadas de vigência do Artigo 68 da Constituição Federal, das cerca de seis mil comunidades quilombolas presentes no Brasil, apenas três mil são certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Portanto, um número restrito de quilombolas tem o direito ao seu território tradicional assegurado. Isso demonstra a fragilidade da efetivação desse direito e como ele se expressa no processo lento e árduo de titulação das terras

quilombolas no país. Nos últimos dois anos, a desestruturação e o esvaziamento das políticas públicas para as comunidades quilombolas ganha maior impacto no contexto atual vivenciado de pandemia da Covid-19.

Paulo Vinicius Baptista da Silva, com o texto “Pessoas negras nos livros didáticos e infantis”, demonstra que mesmo com a aprovação da Lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996), ao definir a obrigatoriedade de ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica, há fortes desafios impostos ao campo da Educação. Um deles é o impacto direto da lei na Política Nacional do Livro Didático que, a partir de 2008, mudou o edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o qual passou a incorporar a exigência de que os livros selecionados devem promover positivamente a imagem de pessoas negras e indígenas. Devem também abordar as relações étnico-raciais e dos povos indígenas, a temática de gênero e promover positivamente a imagem da mulher. Mesmo assim, ao analisar o conjunto dos livros selecionados, observa-se que eles ainda retratam as pessoas brancas como norma de humanidade, ao passo que as pessoas negras têm muito menor participação em número e ainda se mantêm como personagens com menores alternativas de existência, com menor complexidade, do que pessoas brancas. No que se refere à produção da literatura infantil brasileira, a partir dos anos 1970, o autor discute que houve uma diversificação de temas, vozes enunciativas, formas de produção, autoria, no entan-

to, as mudanças, por exemplo, quanto à diversificação de papéis e personagens femininas, pouco atingiu a temática étnico-racial e as personagens negras.

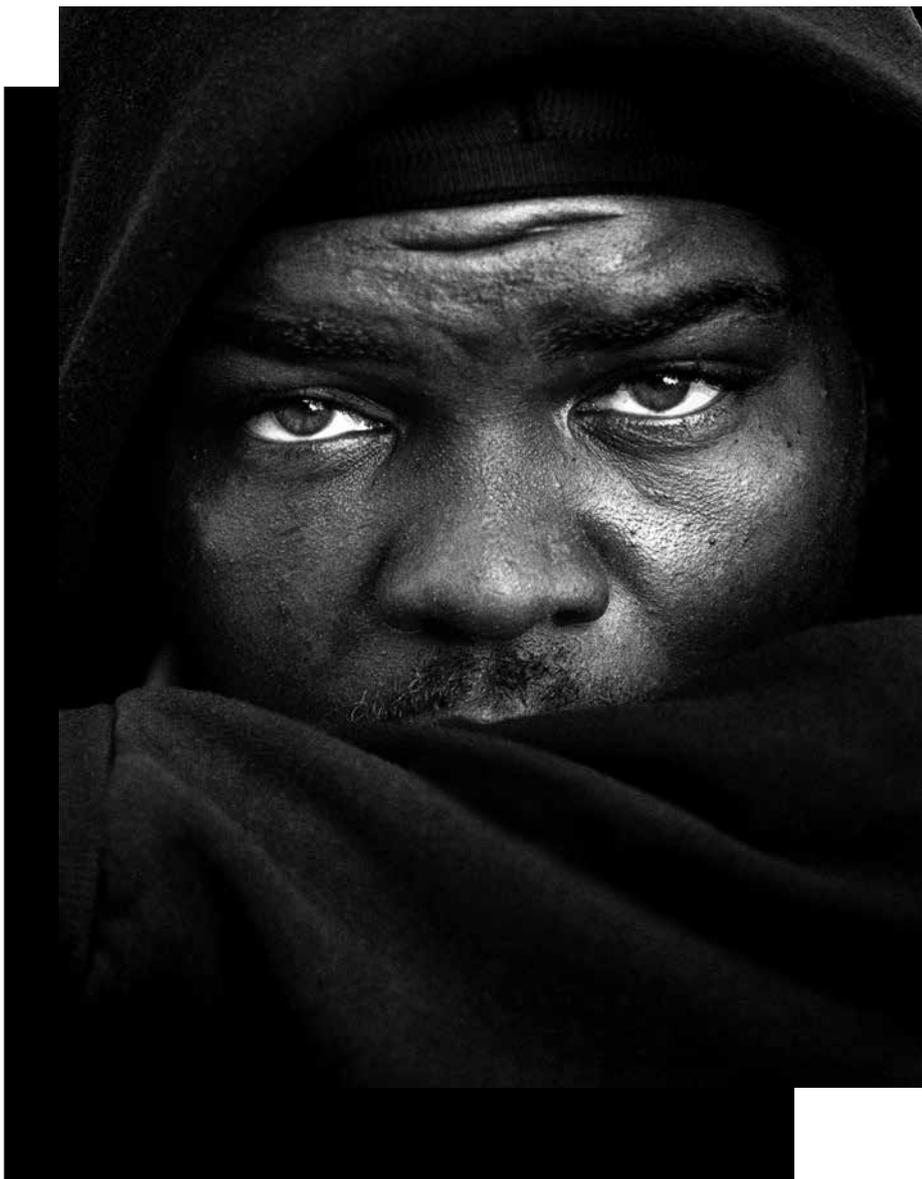
Com a pergunta: Quais os paradigmas que levam outras pessoas a violentar física e moralmente a dignidade de pessoas que expressam sua fé a partir de uma matriz diferente da sua? Ìyá Sandrali de Ò sún, fecha o caderno 2 da coleção *Cadernos de Igualdade Racial*. No texto “Racismo religioso em tempo de ataque à democracia”, ela afirma que falar de racismo religioso, é falar da resistência desde que aqui chegou o primeiro homem africano e a primeira mulher africana, arrancados do Berço da Humanidade e despojados de sua dignidade de ser o que se é. De forma contundente e com uma linguagem poética, a autora segue dizendo que o grito do povo de terreiro tem sido decisivo para explicitar como o Estado brasileiro tratou e continua tratando a expressividade religiosa da tradição de matriz africana. Mesmo com a Constituição Federal de 1988, o Decreto 6040, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os terreiros ainda são submetidos a buscar autorizações e alvarás nas prefeituras ou compelidos a submeter-se a processos de um Judiciário, de um Ministério Público, que os consideram baderneiros e contraventores da ordem pública. Essa situação dramática traz como urgência a renovação da luta contra projetos de lei do campo conservador e reacionário do Congresso Nacional, que criminalizam as manifestações religiosas de origem africana e afrodiáspórica e consolidam a opção do Estado

em não reconhecer e aprofundar políticas públicas que coíbam a violência e o avanço do fundamentalismo religioso em detrimento da frágil laicidade do Estado brasileiro.

A autora afirma que diante da conjuntura de desmonte, devemos aprender com o povo de terreiro que atua enquanto pessoa no coletivo e, portanto, os desafios nunca são do indivíduo e os ataques a um serão sempre entendidos como ataque a toda a coletividade. Esse modo de vivenciar o mundo faz com que se resista até aqui, como um taquaral que se curva à passagem das tempestades, mas jamais se quebra. É na luta – como Ògún, o Senhor do Ferro, da Guerra, da Agricultura e da Tecnologia – que se forjam as próprias armas e ferramentas no enfrentamento aos retrocessos em tempos de ataques ao direito de cultuar o sagrado.

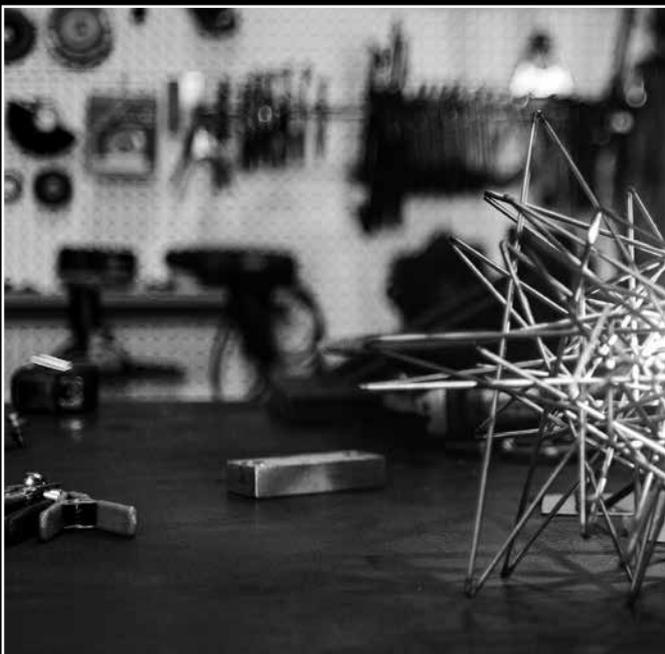
Para fechar, mas não para concluir, registramos e concordamos com a fala de Ìyá Sandrali de Ò gún, que diz: “em tempos de ataque à democracia, à resistência e à preservação da vida, é preciso potencializar as forças em circularidade, pois se o mundo gira pela força da mudança, de estratégias e de novos paradigmas, a Natureza Guerreira de *Obà*, a Senhora do Poder Político Feminino, organiza na luta e no girar da Roda Mítica que movimenta o mundo, na troca do saber legitimado pelo rigor da oralidade que se transmite e se compartilha”.

Boa leitura!













CONCEIÇÃO EVARISTO

“SE AVANÇAMOS, FOI DANDO MURRO EM PONTA DE FACA”

ENTREVISTA COM CONCEIÇÃO EVARISTO,
POR CARLOS HENRIQUE ÁRABE¹,
CONSTÂNCIA LIMA DUARTE²,
MACAÉ EVARISTO³,
NILMA LINO GOMES⁴,
VALTER SILVÉRIO⁵

Quando discutimos a pauta de uma edição especial de *Teoria e Debate* sobre a esquerda negra, a primeira definição foi sobre quem entrevistar. Conceição Evaristo é contundente quando fala de discriminação racial, de gênero e de classe. “Se avançamos, foi dando murro em ponta de faca”, responde ao ser questionada sobre os avanços da esquerda em relação ao combate ao racismo.

A escritora Conceição Evaristo nasceu na zona sul de Belo Horizonte (MG). Mudou-se para o Rio de Janeiro nos anos 1970,

1. Diretor da Fundação Perseu Abramo.

2. Doutora em Literatura pela USP; foi professora na UFRN e na UFMG; pesquisadora do CNPq.

3. Vereadora pelo PT em Belo Horizonte; foi secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC.

4. Professora emérita da Faculdade de Educação da UFMG; ministra da SEPPPIR, em 2015, e das Mulheres, da Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos, 2015-2016.

5. Valter Silvério é doutor pela UNICAMP; professor do Departamento de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Compõe o conselho editorial da Fundação Perseu Abramo.

onde trabalhou como professora da rede pública e estudou Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É mestre em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense (UFF). É romancista, poeta e contista, homenageada como personalidade literária do ano pelo Prêmio Jabuti 2019. Para citar um romance⁶ – *Ponciá Vivência* – e um livro de contos⁷ – *Olhos D'Água* –, que ganhou o Prêmio Jabuti 2015. Criou o conceito “Escrevivência” para nomear seu procedimento narrativo.

Conceição integra o Conselho Editorial da Fundação Perseu Abramo.

Desta conversa com Conceição sobre sua história pessoal, militância política, a luta contra o racismo, a esquerda, utopia, seu processo de escrita, participaram: Constância Lima Duarte, Macaé Evaristo, Nilma Gomes Lino, Valter Silvério, Carlos Henrique Árabe e Rose Spina⁸.

Macaé Evaristo: Tenho memória da Conceição frequentando a minha casa em São Gonçalo do Pará. Minha mãe sempre teve muito carinho por ela. Meu pai gostava muito de ler, a Conceição era da juventude católica... Lá em casa tinha *O Capital* do Marx,

6. EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vivência*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. Sua primeira edição foi publicada em 2003, pela editora Mazza.

7. EVARISTO, Conceição. *Olhos D'Água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

8. Editora de *Teoria e Debate*.

e minha mãe, que tinha muito medo porque estávamos em plena ditadura, escondia o livro dentro da lata de arroz. Então, diziam que todo mundo virou comunista por comer arroz com *O Capital*⁹. Tanta coisa a gente não compreendia na infância, a situação de opressão, violência e pobreza que as famílias viviam. Eu queria que a Conceição falasse desse período, sobre como foi a infância e juventude negra nas Minas Gerais.

Conceição Evaristo: Lembro que ainda menina, não entendia por que eu tinha de tratar os patrões da minha mãe de senhor e senhora, mas a menina da casa da mesma idade que eu tratava a minha mãe pelo nome. Não entendia que senhor e senhora significavam status social, separação. Isso me causava um incômodo muito grande.

Ir para a sua casa era um momento de afetividade e afirmação muito grande. Receber o carinho da sua mãe, Maria Antônia. Eu cresci tendo orgulho do seu pai, Catarino Evaristo, que era ex-expedicionário, poeta, se sobressaiu na família. Ele foi a primeira pessoa que me deu as noções de negritude. Tenho a impressão, inclusive, que ele tinha ouvido falar no movimento da Negritude, na Frente Negra Brasileira¹⁰ porque hoje eu situo a fala dele dentro de um contexto. Ele foi muito responsável pela minha formação. Lembro quando eu ainda era muito menina e ele disse que a humanidade tinha inventado três situações para escravizar o homem:

9. Karl Marx, *O Capital*, 1867.

10. Criada em outubro de 1931 na cidade de São Paulo, a Frente Negra Brasileira (FNB) foi pioneira, uma das primeiras organizações no século XX a exigir igualdade de direitos e participação dos negros na sociedade brasileira.

pátria, família e religião. E por essas três, as pessoas eram capazes de qualquer barbaridade.

Quando fiz o vestibular em 1976 no Rio de Janeiro, lembrei-me do que Catarino me dizia: “Você tem de estudar, se construir, porque cada negro que se liberta, cada conquista nossa, estamos libertando outros negros que ficaram para trás e não tiveram essa oportunidade.” Ele estava falando de ancestralidade. Na época eu assimilava muito mais pela emoção do que por qualquer capacidade de análise.

Esse momento d’*O Capital* escondido na lata de arroz, eu era da Juventude Operária Católica (JOC), ligada aos padres do Horto. Estávamos em plena ditadura e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) passa a perseguir todos esses movimentos de base e também a JOC.

A consciência que eu tinha na época, que depois foi se politizando, era da nossa pobreza! Morava na favela. Nos movimentos de Igreja tínhamos uma reflexão sobre as questões sociais, em momento algum sobre as questões raciais. Em 2013, na UFMG, Michel Le Ven me disse: “Conceição, não tinha me atentado para o fato de que a grande maioria dos militantes de JOC era negra. A questão racial não era discutida no grupo, só a questão operária, a social”.

Nilma Gomes: A sua escrita tem uma dimensão política fantástica que vai além de uma redução que acaba se fazendo do que é a política na vida das pessoas. Através da sua escrita, da “Es-

crevivência”, você tem reeducado as pessoas na sociedade brasileira, negras e brancas, em relação à situação das mulheres negras e, principalmente, as pobres. Queria que você falasse sobre o fato de que hoje a sua escrita toca a vida de muitas mulheres brancas, também, mesmo que muitas sejam de classe média que não viveram o que mulheres negras de família pobre viveram.

Conceição: Eu penso também na escrita como vingança. Acho que tudo que as mulheres que nos antecederam não puderam falar, nós estamos falando. Forçamos caminhos para falar. Muitas mulheres estão falando, mas quantas estão caladas hoje ainda? A escrita toca essas mulheres que estão sensíveis, abertas a nos escutar. Tocará mulheres brancas, de classe média e até ricas, se elas estiverem dispostas a sair de sua zona de conforto. A gente vem falando, escrevendo, mas às vezes parece que é para o vazio. As nossas vozes costumam muito a ter repercussão, mas quando chegam é justamente para fazer esse estardalhaço. Falar da nossa dor, posso dizer a você, Nilma, e a Macaé, mas falar do que causa as nossas dores, dificuldades, interdições, nós temos de dizer para quem está causando isso. Então, é muito bom que mulheres que estão fora das nossas experiências pessoais e coletivas nos escutem e nos levem a sério.

Pensando em Angela Davis: “Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Se conseguirmos através das nossas ações, fala e escrita, sermos uma força dinâmica para alguma mudança, essas mulheres estarão no bojo também. Será muito lucrativo para elas e talvez até mais para elas. Para nós, o pouco ou muito que conseguimos é novidade, mas para

quem já tem seus direitos garantidos, quanto mais uma sociedade for estável, justa, se tornar menos perigosa pelas injustiças que ela pratica, será muito bom para a classe média, os intelectuais, para todos.

Que bom que a minha escrita tem essa capacidade de convocação. É consciente, não quero escrever só por prazer ou por diletantismo. Eu quero realmente causar esse incômodo.

Constância Lima: O que você acha da ampliação do conceito de “Escrevivência” rumo a outras artes e atividades, desenvolvidas por artistas e intelectuais negros, negras, em seus diversos campos de trabalho, pintura, escultura, tecelagem e até na Pedagogia?

Conceição Evaristo: Esse conceito tem se ampliado para outras artes, sendo apropriado tanto por mulheres negras, como por homens e mulheres brancas... A felicidade desse conceito é que ele permite a valorização de uma experiência, de uma vida que até então poderia parecer não ter significado. A partir do momento que você pensa que a vida da Dona Maria, no bairro da Serra e a de Angela Davis são vidas tão diferentes, mas ao mesmo tempo semelhantes, por uma herança histórica e ancestral, essas vidas fornecem conteúdos que podem ser utilizados nos campos da arte, da reflexão, da política, da educação e assim por diante.

Quando falamos “vidas negras importam”, vidas negras importam porque são vidas que têm direitos e precisam escapar da morte e que fornecem elementos para se pensar a própria vida e transformar esse pensamento em artes. A “Escrevivência” permite

partir da prática para a teoria. Primeiro, você vive, depois elabora sobre o que viveu. As pessoas estão descobrindo que estão fazendo “Escrevivência”, ao levarem para o teatro a experiência pessoal ou coletiva, dos grupos ou das coletividades negras, pobres ou indígenas. Há também um livro que relata experiências de mulheres trans, que parte desse conceito de “Escrevivência”.

A novidade é as pessoas perceberem que suas vidas, e assim como as experiências coletivas de seus específicos grupos, produzem arte e pensamento. Deixarem de crer na ideia de que vida e experiências que produzem arte e pensamento são através, preferencialmente, de homens brancos, da Europa, ou a nata dos EUA. Pensar a “Escrevivência” como paradigma é muito bom. Até então, diretriz e paradigma eram das pessoas brancas e das classes privilegiadas.

Valter Silvério: Passando por uma banca de jornal vi uma revista dessas semanais, com um título sobre “Escrevivência”, mas não tinha nenhuma referência a Conceição Evaristo. Ao mesmo tempo que o conceito ganha o mundo, há a destituição da autoria. Você talvez seja a primeira intelectual brasileira a enfatizar a experiência. Como você vê a mundialização de um conceito introduzido por uma intelectual negra que cresce e escreve a partir da própria condição, que é vista hoje como emancipatória, do ponto de vista da mulher e da população negra?

Conceição Evaristo: Tenho visto alguns textos que usam o termo “Escrevivência” e não dão autoria. Isso faz parte de um

processo que como negros vivemos na história. Apropriam-se de nossas experiências, perdemos a autoria ou então não lucramos. É só lembrar que as velhas guardas do samba morriam quase todas pobres. Não há como controlar isso. O conceito de “Escrevivência” está sendo apropriado inclusive de algumas maneiras que fogem ao seu fundamento. Tenho insistido para não se perder de vista o fundamento do conceito, que está profundamente ligado à história das mulheres negras. Terminei um seminário sobre mulher e literatura com a frase: “A nossa ‘Escrevivência’ não é para ninar os da casa-grande e sim para acordá-los do sono dos injustos”.

Eu uso esse termo desde minha tese de mestrado. O termo tem para mim uma imagem fundamental. A experiência negra que é intransferível. Um fundamento muito perceptível, pois traz a nossa experiência histórica de negros, quando retornamos a uma imagem do passado e vemos as africanas e suas descendentes escravizadas contando histórias para ninar os da casa-grande. Essas mulheres têm o corpo escravizado na economia da produção, do prazer, do lazer, do sexo, da educação (são as primeiras professoras) e são escravizadas na emissão da palavra, porque têm de contar histórias para as crianças adormecerem. A “Escrevivência” já é uma experiência das mulheres contemporâneas borrando esse passado. Aí eu volto à literatura como vingança. Se minhas antepassadas eram obrigadas a isso, hoje nos postamos em outro lugar e a nossa escrita é para acordar a casa-grande. Essa experiência grita em primeiro lugar, depois vem a teoria. Para mim a

experiência do sujeito, do corpo, da vivência é o que fundamenta o que hoje chamamos de “Escrevivência”.

Valter Silvério: Qual a importância da literatura do *Quilombhoje*¹¹ na sua produção?

Conceição Evaristo: *Quilombhoje* é um espaço que permite a operacionalização dessa experiência, com textos de autoria negra. Aqui falando muito mais de uma experiência coletiva. Pauline Chiziane fala que mesmo quando escreve um texto em primeira pessoa está falando de uma experiência coletiva. A “Escrevivência” tem esse caráter, não se esgota no sujeito individualizado. *Quilombhoje* é o lugar no qual eu pude apresentar essa experiência coletiva. É muito sintomático que a primeira vez que eu participei de *Cadernos Negros*¹², o poema que se torna mais conhecido é o “Vozes-Mulheres”.

Nilma Gomes: Algumas mulheres negras despontam na sociedade e na vida política nacional. Pensando no tema que a revista coloca na edição “Esquerda negra”, você acha que a esquerda brasileira tem avançado no reconhecimento de que é preciso combater o racismo?

Conceição Evaristo: Se a esquerda tem avançado na discussão sobre racismo, tem colocado em suas pautas ações de combate ao racismo... se... é muito pelo nosso esforço, pela nossa luta. Admiro

11. Dentre as várias propostas do *Quilombhoje* estão as de incentivar a leitura e dar visibilidade a textos e autores afrodescendentes. Disponível em: <https://www.quilombhoje.com.br/site/>. Acesso em: 25 maio 2022.

12. A série anual *Cadernos Negros* foi criada em 1978. Quarenta volumes foram lançados até agora, dando visibilidade para a literatura afro.

muito as pessoas negras que têm tino político para estar dentro de um partido político. Me orgulho de Macaé por tomar esse lugar. Temos visto muito a luta das candidatas negras. Acompanhei campanhas de Benedita da Silva, Jurema Batista e participei da campanha de Adélia Azevedo. Fiquei pensando: o que é isso? E passou. Ano passado, eu acompanhei a possível escolha de Vilma Reis para concorrer à Prefeitura de Salvador, toda entusiasmada, e várias candidaturas negras de partidos de esquerda. Quando vi pessoas declarando voto em outro candidato e Vilma perde a convenção, fico me perguntando: “Na hora do ‘pega pra capar’, como esses partidos agem?” Penso que muitas candidaturas interessam ao partido para popularizá-lo. Candidaturas negras, e principalmente de mulheres, popularizam os partidos de esquerda. Mas eu não sei até que ponto os partidos incorporam as demandas das comunidades negras.

Como intelectuais de esquerda foram capazes de assinar manifesto contra as Ações Afirmativas? Na hora de efetivação de políticas que, se efetivadas, constituiriam em enfrentamento da esquerda contra o racismo, a coisa falha.

Até que ponto nós temos uma esquerda convicta de que o racismo é uma das primeiras questões que os partidos de esquerda deveriam enfrentar? Fico muito à vontade para perguntar isso. Se esse avanço existe é porque nós damos ‘murro em ponta de faca’.

Nilma Gomes: Observamos principalmente no governo Bolsonaro a presença de pessoas negras comprometidas com o pro-

jeto de direita. Isso tem impactado muita gente. Há até quem nos cobre por haver um presidente na Fundação Palmares racista. O você acha disso? Pense que todas as pessoas negras têm de fazer as mesmas escolhas, sendo que há brancos de todas as correntes políticas.

Conceição Evaristo: Nós não somos unos, iguais, somos sujeitos distintos. Como tem branco de esquerda e branco de direita, pode ter negro de esquerda e negro de direita. Mas os negros de direita são fruto dessa inconsciência racial que atinge brancos e negros.

Constância: Como podemos interpretar a contribuição e o legado de Paulo Freire para uma educação pautada pela realidade do “subalterno”? Não há um indício da “Escrivivência” na Pedagogia do Oprimido? Se era uma comunidade de agricultores as palavras iniciais era mato, planta, terra, comida...

Conceição Evaristo: Sem sombra de dúvida. O ato de alfabetização era a vida concreta, a partir de uma experiência do sujeito que estava se alfabetizando. A vida era o sumo do método.

Valter Silvério: Macaé e eu fizemos parte da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), do Ministério da Educação no governo Lula, que incluía as questões indígena, ambiental, racial, de gênero... Como secretária, Macaé teve uma ideia de fazermos vídeos de um minuto, que foi muito bom. Estamos lidando com uma geração de nativos digitais,

crianças que nascem já mediadas pelo uso das tecnologias. Recentemente, me deparei com um vídeo feito por jovens indígenas que recontavam a história do seu próprio grupo a partir do uso das tecnologias. Como nós atualizamos o debate freiriano, ou fanoniano, nos dias de hoje?

Conceição Evaristo: Nessa questão de novas tecnologias eu sou ignorante, mas reconheço a importância. Tem uma juventude hoje que lida com essas tecnologias e tem informação sobre Fanon, Paulo Freire, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez e que é capaz de transitar nesses dois terrenos. Essa juventude pode voltar às fontes e trabalhá-las de outra forma.

Macaé: Costumo dizer que Conceição não faz lançamento de livro, ela dá consulta espiritual. É muito interessante o quanto a juventude e, principalmente, mulheres jovens, negras, trans acompanham o seu processo de escrita e são tientes, fãs. O que na minha adolescência não havia, ser fã de uma escritora negra. Queria que você falasse sobre essa experiência de estar sempre rodeada desse público?

Conceição Evaristo: A presença de jovens me deixa muito comovida nesses momentos de autógrafa, talvez, justamente porque eu nunca na minha infância vi um escritor ou escritora de perto e muito menos um escritor negro. Fui a um evento com autógrafos, pela primeira vez, no Rio de Janeiro, por isso tenho muito cuidado com essa juventude que me cerca. E à medida que eu posso estar presente, acompanho a fala das pessoas mais jovens. Às

vezes, tem determinadas criações jovens tão pós-modernas que eu nem entendo. Entretanto, fico feliz da juventude me tomar como referência, porque tenho pensado muito sobre o papel das pessoas negras, mais velhas, de nossos núcleos, com nossas experiências raciais e sociais, junto a esses jovens. Ecléa Bosi diz, em um de seus trabalhos, que uma das funções sociais dos velhos é relatar aos mais novos experiências e momentos que os mais jovens desconhecem. Acho que temos mais a fazer em relação à juventude negra. Temos também a função de apoiar e sustentar as ações dos mais novos. Penso muito em Abdias do Nascimento, em Mãe Beata de Iemanjá, Milton Santos, pessoas que numa fase de vida, que é também a que eu vivo, tiveram a oportunidade de suas vozes repercutirem.

Constância: É comum entre a intelectualidade negra contemporânea a alegação de que “nossos passos vêm de longe”, expressão transformada em verdadeiro mantra a guiar toda uma percepção crítica da realidade. Como você interpreta essa presença do passado? No sentido dos ancestrais mais longínquos (sentido cultural e mesmo religioso), ou no sentido mais recente, dos antepassados submetidos ao cativo (sentido mais político e social)?

Conceição Evaristo: Eu interpreto essa presença pelos dois ângulos. Nesse passado ancestral, esse resquício de uma cosmogonia negra que nós carregamos mesmo sob a imposição de religiões. Ao dizer que nossos passos vêm de longe, dizemos que nossos deuses, sentidos de vida, existências vêm de longe. Também no sentido

político, o passado da escravização não esgotou, precisa ser expurgado. E isso só acontecerá quando não precisarmos gritar mais que “vidas negras importam”. Cada ação, cada reivindicação nossa de agora é ainda a necessidade de expurgação, de justiça, de um passado que não foi resolvido.

Carlos Henrique: Entendo que a “Escrevivência” é uma utopia muito concreta. Você pode nos dar algumas pistas dessa utopia?

Conceição Evaristo: Essa experiência dos povos africanos que são levados à escravização... A experiência da utopia é também negra, muito ligada aos povos africanos e à escravização. Se não fôssemos utópicos, não teríamos sobrevivido. Se nós voltarmos ao evento histórico dos navios negreiros: se não fosse a crença em alguma coisa do outro lado, que possibilitaria a retomada de vida, todos teriam sucumbido em alto mar. A travessia de alguma forma, a sobrevivência, já é a esperança de justiça. O filme que mostra bem isso é *Amistad*¹³. No caso do filme é uma ficção baseada em um evento histórico. *Amistad* é uma experiência histórica, utópica de povos que enfrentaram a travessia.

Já os poemas *Vozes d’África* e *Navio Negreiro*, de Castro Alves¹⁴, apesar de terem sido discursos fundamentais de conscientização da luta libertária travada através dos abolicionistas e da literatura, são descrições da condição africana diaspórica marcada pela impotência.

13. *Amistad*. Dir. Steven Spielberg. EUA, 1997.

14. Castro Alves, “Vozes d’África”, em *A cachoeira de Paulo Afonso: poema original brasileiro, 1876; O Navio Negreiro*, 1880.

Outra que é paradigmática é a experiência quilombola. A pessoa escravizada quando fugia para o quilombo não tinha certeza nenhuma de que tivesse conquistado a liberdade. Na verdade, a situação de fuga tornava a pessoa escravizada mais vulnerável ainda, pois quem fugisse, se fosse pego, seria castigado em dobro, pois era um escravo que cometera a audácia de fugir, de ir contra o sistema. Fugia e procurava o quilombo. Essa é uma experiência de utopia, pois ele fugia com a sã consciência de que tinha de conseguir a liberdade.

Essa utopia se renova hoje quando vamos para a rua e gritamos: “vidas negras importam”.

Valter Silvério: Você fala de liberdade, que é uma questão que acompanha os intelectuais negros ao longo da experiência no Ocidente, e daí a importância da ideia de liberdade e da diáspora e se perceber como parte de um povo de um continente o que é muito recente nas nossas interpretações enquanto sujeitos. Essa é uma discussão que infelizmente não é compreendida pela esquerda. Mas você também traz a dimensão do futuro. Eu assisti ao seriado *Raízes*¹⁵, que marcou muito minha geração na década de 1970, e mais recentemente o filme *Pantera Negra...* Gostaria que você falasse da importância desses dois momentos da linguagem visual que demarcam gerações de jovens negros.

15. *Raízes*. Dir. Marvin J. Chomsky *et al.* EUA, ABC, 1977. Título original: *Roots*. Adaptado para a televisão do livro de Alex Riley, “*Roots: The Saga of an American Family*”, publicado em 1976.

Conceição Evaristo: Também assisti e li *Raízes*. Quando repetimos que nossos passos vêm de longe, esse vir de longe justamente nos remete a *Raízes*. E o futuro que se realiza – pois não é mais o futuro que se sonha – está em *Pantera Negra*¹⁶, que seduziu muito a juventude negra. Nesse filme há outros elementos para a juventude negra pensar a contemporaneidade e um futuro possível de existir.

Entre as duas produções há uma longa caminhada, não só histórica, mas de produção de pensamento. Há novas possibilidades de interpretação para municiar essa juventude negra.

Macaé: Gostaria de recuperar com a Conceição, do período da geração das nossas tias, a organização das mulheres para o trabalho na agricultura. Essa memória diz muito sobre como foi a vida das mulheres no pós-abolição e como elas tiveram de ir para o mundo do trabalho, numa época que as mulheres nem pensavam estar nesse lugar.

Conceição Evaristo: Esse episódio relata também o protagonismo das mulheres negras nas lutas feministas e que não está escrito na história dessas lutas. Minha tia, que era irmã mais velha do pai de Macaé, era de 1914. Aos 16 anos, 17 anos, ela e outras trabalhavam na roça na região de Pedro Leopoldo (MG), e os fazendeiros resistiam em contratá-las, com a justificativa de que o trabalho das mulheres rendia menos que o de homens. Elas passaram a trabalhar em mutirão, capinavam, semeavam e colhiam. Ao final da colheita

16. *Pantera Negra*. Dir. Ryan Coogler. EUA, Marvel Studios, 2018. Título original: *Black Panther*.

o fazendeiro percebeu que o trabalho delas rendia tanto ou mais que dos homens. Eram mulheres negras, pobres, muito próximo ainda do período de escravização, que se organizam para enfrentar os antigos senhores e passam a ser contratadas para o trabalho na lavoura. Essa é uma história que eu sempre relato, pois não aparece na luta das mulheres brasileiras. É uma história que nasce a partir da prática e se não se tornar “Escrevivência” continuará desconhecida.

Macaé: Você falou sobre a escrita como vingança. Qual o lugar do ódio na luta contra o racismo? Nós acusamos o fascismo de fazer apologia ao ódio, a cultura do ódio...

Conceição: Não existe lugar para o ódio. Acho que a gente acaba engolindo esse ódio. Mas às vezes eu me pergunto se não deveria existir. Essa postura de diálogo, de eterno apaziguamento, às vezes cansa. Quem está contra nós não tem nenhum problema de usar o ódio. Por exemplo, uma mulher que abandona uma criança de 5 anos no elevador sabendo que havia risco¹⁷. Trata-se de uma política de ódio que está efetivada. Não é só a polícia que fomenta a política de ódio. Existe uma política de ódio contra as populações pobres, marginalizadas...

Valter Silvério: Existe lugar para o ressentimento na sua literatura? Não a conotação negativa que dá o senso comum, mas,

17. Refere-se ao caso do menino Miguel Otávio Santana da Silva, de cinco anos de idade (filho da empregada doméstica Mirtes Renata Santana de Souza), que morreu em 02 de junho de 2020, em Recife (PE), após cair do 9º andar de um prédio por ter ficado sem a devida supervisão da empregadora.

como discute Fanon, o ressentimento como construtor da possibilidade de emancipação... Acho que sua literatura é isso.

Conceição Evaristo: Quando eu escolho compor determinadas personagens totalmente diferentes do que a literatura branca produz, pode ser que haja um ressentimento positivo. Tem um poema de Adélia Prado, que eu gosto muito, a voz que se enuncia nos versos diz ter um constante sol, em casa, porque o pai tinha pintado as paredes de alaranjado. Gosto porque me possibilita criar outro poema, em que escrevo que todo dia tínhamos o sol dentro de casa, porque os raios entravam pelos buracos das poucas telhas. Talvez o lugar do ressentimento é contrapor poeticamente o desconforto ao conforto.

Rose Spina: Ano que vem [2022] faz 200 anos da Independência do Brasil, qual reflexão deve se fazer nesse momento?

Conceição Evaristo: É preciso pensar numa independência que se realize de forma mais concreta, de forma mais objetiva. É preciso refletir: Até que ponto toda população brasileira é independente? Isso em termos práticos. A independência deveria supor condição de vida e não condição de sobrevivência. Na sobrevivência se tem o que se pensa que basta, não o que é de direito. Que independência é essa que se comemora? Quais grupos sociais podem afirmar que têm liberdade plena? O sujeito que não pode frequentar um cinema, ler um livro, que não pode chegar tantas horas da noite na comunidade onde mora, que não pode

dirigir um carro de última geração, se não a polícia barra, que independência tem?

Valter Silvério: Acabamos de terminar três volumes de História Geral da África¹⁸, que são relativos à diáspora, e o Brasil participou do financiamento desses volumes. É bastante contraditório constatar que os africanos nos veem como a sexta região do continente africano, e a elite brasileira, incluindo os setores progressistas, não consegue enxergar que o Brasil é um país atravessado por uma cultura de matriz africana. Como avançar para que no futuro essa questão seja assimilada pelos brasileiros, pelo menos pelos progressistas?

Conceição Evaristo: Eu tenho muita esperança no trabalho e na potência dos nossos jovens. Como aos poucos vamos contaminando determinados setores, não há mais como ficar livre de nós. Esse momento, essa nossa conversa, também simboliza isso. A esquerda tem de perceber que não sobrevive sem nós. E não pode nos fazer somente de sujeitos para ajudar a fortalecer uma pauta, mas na 'hora H' não nos chamar para escrevê-la, elaborar projetos.

Temos uma juventude que não vai deixar por menos. Voltando à questão de cargos eletivos, vejam, por exemplo, essas candidaturas novas de mulheres que surgiram após a morte de Marielle... Nós, mais velhos, temos o papel de sustentar, estar em diálogo e preparando essa juventude. Ou as nossas propostas vão se efetivando ao

18. IPEAFRO. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/gratuito-historia-geral-da-africa-em-8-volumes-7357-paginas-em-pdf/>. Acesso em: 25 maio 2022.

longo de um tempo, ou não vai ter para ninguém. Não acredito em milagre, mas o que a nossa geração não conseguiu, há uma geração disposta a conseguir.

A intelectualidade, os partidos de esquerda, têm de nos incorporar, não porque são bonzinhos, mas porque não dá para pensar uma nação sem os negros, sem as mulheres, sem os indígenas, sem as experiências as mais diversificadas possíveis.













ENEGRECER A ESQUERDA – O CAMINHO ESTRATÉGICO DA LUTA POPULAR NO BRASIL

BENEDITA DA SILVA¹

O mês da Consciência Negra é uma oportunidade não apenas para celebrarmos nossas lutas, mas também para aprofundarmos nossas reflexões sobre os grandes compromissos da esquerda com o povo negro, que constitui a maioria da população do país.

Não obstante todas as vitórias já alcançadas na luta contra o racismo e apesar dos avanços organizativos do Partido dos Trabalhadores (PT) – o maior partido da esquerda – em garantir política de cotas para negros e negras em todas as suas instâncias, a relação política da esquerda com o povo negro ainda sofre significativas limitações.

Entre essas limitações destacamos duas. A primeira e mais importante é a insuficiente compreensão de que o povo negro não é apenas vítima do racismo, mas também o sujeito ou protagonista de qualquer mudança social mais profunda do país.

1. Benedita da Silva é servidora pública, professora, auxiliar de enfermagem e assistente social. Filiada ao Partido dos Trabalhadores, foi senadora (1995) e governadora do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é deputada federal pelo PT-RJ.

A segunda limitação decorre dessa primeira e diz respeito à necessidade imperiosa da esquerda de fazer o permanente trabalho de organização da base popular – base essa majoritariamente negra. Falar em trabalho de base é falar do desenvolvimento das lutas de nosso povo, compreendidas aí as lutas que se dão nos interligados campos da raça, gênero e classe, segundo a feminista e socialista negra norte-americana Angela Davis, nossa maior referência nesse tema.

A luta contra o racismo é inseparável da luta pelos direitos da mulher e ambas são partes da luta mais geral das classes trabalhadoras contra a exploração e a desigualdade social.

Aqui, o exemplo da mulher negra empregada doméstica, a maior categoria profissional do país, é emblemático. Triplamente discriminada, por ser negra, mulher e trabalhadora de baixa remuneração, ela está na base da pirâmide social. Constitui, ao mesmo tempo, a maioria das mulheres chefes de família da população pobre e negra que vive nas favelas e periferias de nosso país.

Os movimentos identitários atuam como motores das lutas feministas e contra o racismo, e nessa medida ocupam um importante papel na mobilização da vanguarda de negros e mulheres, principalmente dos jovens, na luta popular mais geral contra o fascismo dominante e por uma sociedade sem nenhum tipo de discriminação.

Não obstante as mulheres e os negros formarem contingentes majoritários da população brasileira, os movimentos negros e feministas têm o grande desafio de ampliar sua influência política

sobre eles, pois tanto a consciência negra quanto a feminista ainda são visivelmente minoritárias na sociedade.

Aí reside o grande desafio de nossa luta, pois a conquista da hegemonia política na população negra e feminina, mais do que ações pontuais dos movimentos contra o racismo e pelos direitos das mulheres, vai exigir da esquerda brasileira profundas mudanças gerais em seus enfoques ideológicos e práticas políticas e partidárias.

Historicamente eurocêntrica e predominantemente branca e de classe média, a esquerda brasileira sempre considerou as questões do racismo e do feminismo como algo secundário, questões que seriam resolvidas depois da vitória do socialismo.

No entanto, a teórica socialista do feminismo negro internacional Angela Davis mostrou de maneira conclusiva que as lutas da classe trabalhadora pelo socialismo e as lutas contra o racismo e pelos direitos da mulher só têm chances de vitória se andarem “juntas e misturadas”.

A nossa esquerda precisa priorizar também o estudo e a formação política com base nos teóricos do movimento negro brasileiro e internacional.

Nesse sentido é importante conhecer o livro *O pensamento africano no século XX*, organizado por José Rivair Macedo². É necessário refletirmos profundamente sobre o trabalho de Abdias Nascimento e de Florestan Fernandes, e ler a obra de Jessé Souza, em

2. MACEDO, José Rivair (org.). *O pensamento africano no século XX*. São Paulo: Expressão Popular, selo Outras Palavras, 2017.

particular seu último livro *Como o racismo criou o Brasil*³. Devemos incorporar mais amplamente o estudo do filósofo Silvio Almeida sobre o racismo estrutural e o pensamento das feministas negras Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Djamila Ribeiro, entre outras, apenas para ficarmos entre as teóricas brasileiras.

Para cumprir com o seu papel de liderar o povo brasileiro majoritariamente negro, a esquerda tem de mudar muitos de seus parâmetros de atuação política seguidos até o presente. Precisa incorporar em sua teoria transformadora do Brasil os teóricos negros e negras da luta contra o racismo e das lutas de libertação social e nacional.

Precisamos formar nossa juventude no conhecimento da história das lutas do povo brasileiro, como corretamente recomendou Lula. Rever criticamente as experiências das lutas do passado contribui muito para os ensinamentos das lutas do presente. Destacamos do passado a resistência secular do heroico Quilombo de Palmares de Zumbi e Dandara, e as revoltas iniciadas em 1835 na Bahia, dos negros libertos e escravizados Malês, que sabiam ler e escrever; e em Belém do Pará, com a revolta chamada de Cabanagem, na qual os negros escravizados, índios e mestiços conseguiram tomar o poder, mas foram traídos por seus aliados da classe média branca.

É com esse novo enfoque, e unindo a teoria à prática, que a esquerda tem de partir, sem vacilações, rumo ao Brasil real, ao país que foi criado pelo trabalho do negro escravizado; rumo ao povo que, depois de liberto dos grilhões, se tornou maioria da

3. SOUZA, Jessé. *Como o racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

população, mas foi submetido a um regime de exclusão social, de discriminação racial e de gênero e que é diuturnamente vigiado, reprimido e morto por violência policial impune.

Falando agora do PT, que nasceu e cresceu não apenas sob o impulso sindicalista, mas também dos movimentos negro, feminista e comunitário, temos de dar um salto de qualidade na nossa visão das questões do combate ao racismo e de gênero, no sentido de entendê-las como algo mais amplo, como partes integrantes essenciais da libertação social e nacional de nosso povo.

O objetivo maior é o de “enegrecer” a esquerda e seus movimentos sociais. No caso do PT, devemos cobrar de nossas direções, secretarias e setoriais o enraizamento de nossa política e organização por meio do trabalho de base permanente nas favelas e periferias, onde está a maioria das mulheres e negros oprimidos e discriminados.

Sabemos que é por meio de políticas públicas que a esquerda pode efetivamente se ligar às grandes massas do povo pobre e negro. Quando fomos governo não fizemos isso o suficiente, não transformamos cada conquista social em consciência política e trincheira de luta do movimento popular. Essa lição virou cicatriz em nosso corpo para nunca mais esquecermos.

Lutamos agora não apenas para derrotar o racismo fascista de Bolsonaro, mas para libertar o Brasil e usar todo o ensinamento do passado para reconstruirmos nosso país sobre o chão firme da justiça social e da superação do racismo e da opressão da mulher.



ENTRE ESQUERDA E DIREITA, O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO É DE ESQUERDA

FLÁVIO JORGE RODRIGUES DA SILVA¹

“Uma segunda vaga de ebulições conduz o negro ao protesto coletivo, em certos momentos da década de 1960 e a partir do fim da década de 1970. Então, o negro ativista chega à consciência de um racismo institucional e, aproveitando estratégias vinculadas à luta de classes, combate as mistificações da “democracia racial”, as versões da “história oficial” sobre a fraternidade das raças ou da democracia racial, correntes entre os brancos e mesmo entre grupos negros. Apresenta-se, assim, como o pólo radical do que deve ser a democracia e uma sociedade civil aberta no Brasil. Ambas têm de ir além da pobreza, na negação e superação das iniquidades e das desigualdades raciais”².

Florestan Fernandes

Entende-se como movimento negro contemporâneo um conjunto de grupos e organizações, mulheres e homens que ousaram desenvolver a luta e o combate ao racismo, em meados da década de 1970, em plena vigência da ditadura militar em nosso

¹ Ativista da Soweto Organização Negra na cidade de São Paulo e da Executiva da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen). Foi secretário Nacional de Combate ao Racismo do PT (1995-1999).

² Florestan Fernandes, jornal *Folha de S. Paulo*, 13 de maio de 1988. Acervo da Soweto Organização Negra.

país, uma das mais longas ditaduras do continente latino-americano (1964-1985).

Durante esse período, nosso país viveu sob intensa repressão e censura. Graves violações de direitos humanos foram realizadas contra aqueles que discordavam politicamente do regime. A violência contra a população negra também é ampliada nesse período em que as violências praticadas por um regime autoritário se intensificam.

É nesse contexto em que a luta de combate ao racismo no Brasil se reorganiza.

Uma brilhante pesquisa³ desenvolvida por Karin Sant'Anna Kössling, “As lutas antirracistas de afrodescendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)”, que utilizou a documentação do acervo do Fundo do Departamento Estadual da Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP), preservada no Arquivo do Estado de São Paulo, mostra a vigilância e a repressão da ditadura militar frente as mobilizações de negros e negras durante esse período. Segundo essa pesquisa “os movimentos negros tornaram-se, assim como outros movimentos sociais, subversivos sob a ótica do regime militar ao denunciar o racismo no Brasil”.

Essa militância, de esquerda, tem como uma de suas principais estratégias a denúncia da discriminação, do preconceito e do racismo existente no país e o desmascaramento da farsa da democracia racial alardeada pela ditadura militar – no Brasil não existia racismo!

3. KOSSLING, Karin Sant Anna. As lutas Antirracistas dos afro-descendentes sob vigilância do DEOPS (1964-1983). Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo (USP), 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01112007-142119/pt-br.php>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Trouxe junto com essas estratégias para o conjunto dos movimentos sociais em luta um debate importante: um projeto alternativo de poder não poderia ser construído sem a compreensão de que um ideário transformador, de cunho socialista, tem de incorporar a eliminação de todo e qualquer tipo de opressão, seja ela de classe, raça ou gênero. Nos primeiros debates sobre esse projeto, principalmente entre aqueles que iniciavam a construção do Partido dos Trabalhadores (PT), destacava-se que o racismo praticado contra a população negra ao longo de nossa história é um dos principais aspectos das contradições existentes entre a sociedade e o Estado no Brasil.

AS INFLUÊNCIAS DO IDEÁRIO SOCIALISTA

Fortes influências dessa geração foram as ideias socialistas presentes nos movimentos de resistência ao regime ditatorial vigente, incorporadas pelos militantes da luta negra que se apresentaram através do jornal *Árvore das Palavras*, que se organizavam pelas ações do Núcleo Negro Socialista, por meio da seção “Afro Latino América”⁴ do jornal *Versus*, e que contribuíram para o surgimento do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), transformado depois no Movimento Negro Unificado (MNU).

4. Ver *Afro-Latino América: Versus. Fac-símile*. Fundação Perseu Abramo e Soweto, 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/afro-latino-america-versus>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Essa geração se diferencia das demais vertentes que surgem no movimento negro brasileiro contemporâneo principalmente porque compreendia o racismo como instrumento da exploração de classe e desmascarava os setores dominantes que insistiam em afirmar a farsa da existência de uma democracia racial em nosso país.

Relembrar essa história de resistência e luta nas ruas somada à reflexão sobre as diferenças que já estavam presentes no ressurgimento das ações de combate ao racismo em meados da década de 1970 pode explicar o que é o movimento negro hoje e, sem dúvida, pode contribuir para projetarmos o futuro da luta de combate ao racismo em nosso país e no mundo.

Reconhecer as diferenças de estratégias na condução da luta de combate ao racismo, que estiveram presentes na gênese do que denominamos de Movimento Negro Contemporâneo, também será fundamental para podermos estabelecer na conjuntura atual pontos de unidade entre as forças do movimento negro, de esquerda.

ALGUNS DESAFIOS E PERSPECTIVAS
DO MOVIMENTO NEGRO, DO PT E
DA ESQUERDA BRASILEIRA
PARA A LUTA DE COMBATE AO RACISMO

O movimento negro, o PT e a esquerda brasileira precisam atualizar suas missões políticas para a luta de combate ao racismo.

No cenário de crise sanitária, ambiental, cultural, política e econômica que estamos vivenciando, no Brasil e no mundo é

preciso ser radical e ir além na avaliação positiva que temos dessa trajetória de lutas aqui relatadas.

Nessa conjuntura em que nos aproximamos de uma importante disputa eleitoral para a Presidência da República no Brasil, de eleição de governos estaduais, da necessária renovação na composição do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas, mais do que defender os legados dos governos Lula e Dilma nas políticas de promoção da igualdade racial para a sociedade e a população negra brasileira, precisamos de uma agenda que aprofunde o combate ao racismo, à discriminação, ao preconceito e ao genocídio do povo negro. A hora é de lutar, sonhar e almejar o impossível!

Novos anseios econômicos, políticos, culturais, materiais e simbólicos passaram a motivar a participação política da população negra brasileira, principalmente entre a juventude negra e as mulheres negras. Nossa população, pela ação de nossos governos, dos nossos vereadores, deputados e senadores, do PT e demais partidos do campo da esquerda, e principalmente do movimento negro brasileiro, tem maior acesso à educação e saúde, à universidade e aos direitos trabalhistas. Tudo isso impulsionou uma nova agenda política que mescla raça, classe, gênero e que é impossível de ser atendida pela política conservadora e de direita em curso no país.

Nas próximas eleições e no cotidiano da construção partidária, essa política conservadora e de direita, se não for enfrentada e vencida com muita coragem e luta na sociedade, nos partidos, nos sindicatos, nos movimentos populares, no movimento negro

e de mulheres negras, significará a ampliação da opressão sofrida por negras e negros no Brasil, onde o racismo além de permanecer pode até mesmo tornar-se mais cruel e violento.

OS PROBLEMAS ATUAIS DA LUTA DE COMBATE AO RACISMO NO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Além de uma avaliação crítica dos problemas internos da organização da luta antirracista que estão em debate nesse momento de renovação das secretarias municipais, estaduais e nacional, minhas reflexões indicam que há um retrocesso também no conteúdo do debate teórico de nosso partido: a questão identitária.

O racismo e a questão racial não podem ser considerados, nas nossas análises, nos nossos documentos e nas falas de muitos de nossos dirigentes apenas como expressões ou manifestações identitárias.

O combate ao racismo no Brasil passa pela mudança radical nas estruturas políticas e econômicas. Continua a ser estruturante em nosso projeto político partidário de país.

No momento em que estamos debatendo um Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil, essa compreensão é fundamental: o racismo continua a ser um elemento fundante do projeto de nação das classes dominantes e da elite branca do país: no Brasil, na América Latina, no continente africano e no mundo o racismo mata!

TRABALHO E RAÇA: OS DESAFIOS HISTÓRICOS CONTEMPORÂNEOS DA INCLUSÃO E IGUALDADE

JEFFERSON JOSÉ DA CONCEIÇÃO¹ E VÂNIA VIANA²

Exclusão e desigualdade marcaram o trabalho desde os primórdios da formação econômica brasileira. Durante o período de quase quatro séculos, a escravidão caracterizou as atividades de trabalho no então Brasil Colônia e no Brasil Império. Nesse longo período, 12,5 milhões de escravos foram embarcados nos navios negreiros do território africano para a América, o “novo mundo”, sendo que o Brasil recebeu aproximadamente 40% desse total, ou 5 milhões (GOMES, 2019). Mais de 1,5 milhão de pessoas morreram

1. Coordenador do Observatório CONJUCS. Graduado em Economia pela UFRJ; mestre em Administração pelo Imes; doutor em Sociologia pela USP. Assessor da Pró-Reitoria de Graduação e professor da USCS. Um dos coordenadores do Hub USCS de inovação USCS-Biosphere, atualmente em constituição. Blog: www.blogdojeff.com.br. Lançou, em 2019, o livro *Entre a mão invisível e o Leviatã*: contribuições heterodoxas à economia brasileira. Editora Didakt, 407 p. Disponível em: www.estantevirtual.com.br. Foi um dos organizadores da coletânea *A Era Digital e o Trabalho Bancário*, publicada em 2020, pela editora COOPACESSO.

2. Graduada em Ciências do Trabalho pela Escola DIEESE. Assessora da CUT Brasil nas secretarias de Mulheres, Meio Ambiente, Combate ao Racismo e vice-presidência de 2007 a 2018. Extensão universitária em Política e Sindicalismo Internacional CEST (UNICAMP). Pesquisadora convidada nas temáticas de raça, gênero e ambientais no Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). É também *sommelière* formada pela ABS São Paulo. Trabalha como Facilitadora de Consciência e Ferramentas de Access Consciousness.

no trajeto. Os que sobreviveram (somados aqueles relativamente poucos que aqui nasceram e sobreviveram) trabalharam em condições inóspitas, insalubres e desumanas nas lavouras e nas minas como escravos pelos seus curtos anos de vida. Dada a condição de escravo, não havia qualquer remuneração ou escolarização formais. Rigorosamente, não se pode falar na existência de um “mercado de trabalho” em uma sociedade escravocrata.

Assim, o Brasil chegava à época da independência com forte presença de negros em várias atividades de trabalho no Brasil. Nas palavras de Gomes:

A presença de africanos nas ruas e lavouras brasileiras surpreendia os viajantes que por aqui passavam. No interior do país, eram agricultores, tropeiros, marinheiros, pescadores, vaqueiros, mineradores de ouro e diamante, capangas e seguranças de fazendas. Nas cidades, trabalhavam como empregados domésticos, sapateiros, marceneiros, vendedores ambulantes, carregadores de gente e mercadoria, açougueiros, entre muitas outras funções.

Em plena minoria estavam os brancos e demais raças. O fato de não serem escravos não concedia condições muito mais amenas de trabalho a muitos deles. Mas eram homens e mulheres livres, isto é, tinham o direito de se deslocar, de receber remuneração em troca de seu trabalho, de aceitar ou negar oferta de trabalho. Por conseguinte, a exclusão e a desigualdade (do direito de ir e vir, do direito à remuneração e do direito à cidadania), pela cor da pele, estavam estabelecidas explicitamente por lei. Registre-se que

a escravidão nesse período não era fator que gerasse crise ética ou moral na quase totalidade das pessoas que viviam à época. A escravidão (e com ela o trabalho forçado) era tomada como natural, e o escravo uma mercadoria como outra qualquer.

A abolição final da escravatura, em 1888 – encerrando um também largo período no século XIX de redução do tráfico negreiro e de uso da mão de obra escrava nas lavouras de café – propiciou, do ponto de vista da lei, uma “igualdade” formal entre negros e brancos no mercado de trabalho. Mas entre a igualdade formal e a realidade efetiva permanece uma distância abissal.

Sobre o marco jurídico cabe destaque aos resquícios de desigualdade implícita que ainda sobrevivem na legislação do trabalho doméstico – no qual a maior parte dos empregados são mulheres negras³. Mesmo após a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para os trabalhadores assalariados, em 1930, durante várias décadas o trabalho doméstico permaneceu sem uma tutela legal. Os avanços na legislação passaram a ser graduais especialmente a partir das últimas décadas do século XX, tendo como marco importante a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 7º, com a posterior alteração da Emenda Constitucional 72/2013, que ampliou os direitos para os trabalhadores domésticos, como a limitação da jornada semanal a 44 horas (8 horas diárias), adicional de horas extras e adicional noturno. Mas ainda há pontos que care-

3. Conforme a PNAD Contínua do IBGE, o número de ocupados no trabalho doméstico no Brasil era de 6,4 milhões em 2019 e caiu para 4,9 milhões em 2020, com a pandemia. O total de ocupados em trabalho doméstico volta a subir em 2021 com o aumento da vacinação e o retorno gradual das atividades econômicas.

cem de regulamentação, como é o caso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Registre-se que estes avanços somente ocorreram após as lutas e pressões das trabalhadoras domésticas e do movimento sindical durante várias décadas, bem como, de modo mais recente, de contribuições importantes de partidos progressistas, do período das gestões populares dos governos Lula e Dilma e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a Convenção sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (Convenção 189).

A transição da escravidão para um país de homens livres não se deu acompanhada de políticas públicas que visassem criar condições para a inclusão dos negros em condições menos desiguais na sociedade e no mercado de trabalho. Não se fez uma reforma agrária. Não se instituiu leis e programas de inclusão e apoio aos negros em termos de formação educacional e de inserção no mercado de trabalho. Não houve qualquer pagamento formal pela dívida social em função do longo período de escravidão. Em suma, não houve uma política de Estado e da sociedade que pudesse expressar um pacto social pela inclusão da comunidade formada por afrodescendentes.

Para o Brasil, o século XX foi caracterizado pela urbanização, industrialização e ciclos econômicos determinados pela dinâmica interna e externa. Nesta nova configuração econômica, os negros passam a buscar sua inserção no mercado de trabalho como homens livres. No entanto, eles têm que lidar com dificul-

dades adicionais para a sua entrada nas empresas industriais e nas atividades de serviços em comparação com os brancos. Quando conseguem romper com a barreira do racismo, do preconceito e da discriminação na contratação e no trabalho, os negros, geralmente, são ocupados em cargos com menores qualificações e remunerações. Cargos bem remunerados e de liderança para negros sempre foram exceções⁴. Isso, em virtude também da inserção desigual na sociedade: além dos elementos de racismo, preconceito e discriminação, o negro precisa começar a trabalhar mais jovem para financiar sua sobrevivência e de sua família e, por consequência, sua escolarização normalmente é mais baixa.

Desde o início das séries do acompanhamento dos indicadores do mercado de trabalho no Brasil, os dados sempre tenderam a apresentar taxas de ocupação e remuneração menores e taxas de desemprego e informalidade maiores para os negros em relação às taxas observadas para os brancos. Um retrato recente dessa situação foi captado pelo IBGE, em publicação de novembro de 2019, na qual expôs os dados da PNAD-Contínua de 2018:

No mercado de trabalho, os pretos ou pardos representavam 64,2% da população desocupada e 66,1% da população subutilizada. E, enquanto 34,6% dos trabalhadores brancos estavam em ocupações informais, entre os pretos ou pardos esse percentual era de 47,3%.

O rendimento médio mensal das pessoas brancas ocupadas (R\$ 2.796)

4. Estudo do IBGE de 2019 apontou que somente 31,6% dos cargos gerenciais no país são ocupados por pessoas negras. Outro levantamento feito pelo Instituto Ethos, de 2016, com as 500 maiores empresas do país, apontou que as mulheres negras responderam por apenas 1,6% dos cargos gerenciais e 0,4% dos cargos executivos.

foi 73,9% superior ao da população preta ou parda (R\$ 1.608). Os brancos com nível superior completo ganhavam por hora 45% a mais do que os pretos ou pardos com o mesmo nível de instrução. A desigualdade também estava presente na distribuição de cargos gerenciais, somente 29,9% deles eram exercidos por pessoas pretas ou pardas.

Em relação à distribuição de renda, os pretos ou pardos representavam 75,2% do grupo formado pelos 10% da população com os menores rendimentos e apenas 27,7% dos 10% da população com os maiores rendimentos.

As taxas de desemprego (e de informalidade) dos negros também são historicamente superiores às dos brancos. Assim, no primeiro trimestre de 2021, a taxa de desocupação do país em relação à taxa do trimestre out/dez 2020, por cor ou raça, ficou abaixo da média nacional para os brancos (11,9%) e acima para os pretos (18,6%) e pardos (16,9%).

Em suma, no período da escravidão no Brasil (do século XVI ao XIX), a ausência de liberdade foi o fator determinante da exclusão e da desigualdade entre negros e brancos no mercado de trabalho. No século XX, de homens livres, urbanização e industrialização, a escolarização formal e o racismo, preconceito e discriminação foram os principais fatores.

Do ponto de vista das políticas públicas, a passagem do século XX para o século XXI, e os primeiros anos deste novo século, representaram o início do real enfrentamento aos problemas da exclusão e da desigualdade racial no país no mercado de trabalho

e em outras áreas, como o direito à saúde, moradia, segurança, justiça e representação política. Assim, pode-se dizer que o marco inicial está na nova Constituição Federal de 1988, que trouxe também a preocupação com a inclusão e a redução das desigualdades raciais, expresso na instituição de uma série de direitos. De acordo com Lima (2010):

A Constituição de 1988 introduziu a criminalização do racismo (que posteriormente definiu os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor com a lei 7716/1989), o reconhecimento ao direito de posse da terra às comunidades quilombolas e a criação da Fundação Cultural Palmares. Tais ações podem ser interpretadas como uma resposta às reivindicações do Movimento Negro e se caracterizam por uma forma de reconhecimento.

Nesse novo contexto, seguiram-se as ações tomadas no período das gestões FHC, como a criação de grupos de trabalho para a valorização da população negra, formada por membros da sociedade civil e do movimento negro; o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos; a inclusão de quesitos relacionados à cor/raça nos sistemas públicos de informação.

Entretanto, indubitavelmente, foi no período das gestões Lula e Dilma que as políticas públicas de inclusão e redução da desigualdade se intensificaram com resultados expressivos em termos impactos na sociedade. Entre os vários programas e medidas, destacam-se a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial; o Programa Universidade para Todos (Prouni);

as cotas nas universidades públicas, o fortalecimento do Fundo de Financiamento ao Ensino Superior (Fies), além de ações em outras áreas, como a da saúde e as relacionadas às demais políticas sociais, ainda que de corte não raciais, mas que impactaram positivamente os negros, sabidamente maioria entre os mais pobres.

Infelizmente, após a ruptura institucional de 2016 e até o presente momento, sob a gestão presidencial de Bolsonaro, foram grandes os retrocessos verificados em termos de políticas de inclusão e redução das desigualdades. Praticamente todos os programas e medidas anteriormente mencionados foram extintos ou reduzidos. Pior, sem a substituição por novos programas e medidas em seu lugar. A política da Fundação Palmares, na gestão presidencial de Bolsonaro, ilustra bem a visão da gestão em relação à questão racial: desmantelamento dos espaços de diálogo da instituição com a sociedade; ataques aos símbolos ligados ao patrimônio afro-brasileiro (como é o caso da figura histórica de Zumbi dos Palmares); a eliminação de diversas lideranças atuais da lista de personalidades negras da Fundação Palmares, entre outras ações. Tudo isso relatado em documento assinado e entregue de maneira conjunta à Organização das Nações Unidas (ONU) por várias entidades do movimento negro.

Voltando especificamente ao mundo da produção e do trabalho, cumpre observar o surgimento e aceleração, neste século, de um conjunto de transformações estruturais de grande magnitude. Entre elas, destacam-se:

- a) a substituição da produção em massa por modelos de produção mais flexíveis, que buscam aliar a automação de processos com a focalização e a verticalização, entre outros itens de mudanças organizacionais;
- a) a emergência de cadeias de produção globais;
- b) a perda de peso da indústria na geração de empregos, em contrapartida ao peso crescente da participação dos serviços e do comércio;
- c) o surgimento e a expansão de projetos associados à quarta revolução industrial, combinando uma série de tecnologias atuais (automação, inteligência artificial, big data, impressão 3D, nanotecnologia, entre outras);
- d) os contratos cada vez mais precarizados do trabalho, gerando insegurança e menor proteção aos trabalhadores – contratos precarizados estes que, no caso brasileiro, passaram a ser legalizados e estimulados com a Reforma Trabalhista de 2017;
- e) no contexto da expansão do trabalho por conta própria, o crescimento do empreendedorismo de base tecnológica (do tipo *start-ups*), de um lado; e o empreendedorismo de necessidade (como os trabalhadores de plataforma), de outro.

Neste novo mundo, caracterizado pelas velozes mudanças no mundo do trabalho, discutir a inclusão e a redução da desigualdade racial no mercado de trabalho requer, no caso do Brasil, dar continuidade às políticas de isonomia e de incentivo à escolarização con-

tinuada dos negros, bem como também às políticas de combate ao racismo e ao preconceito.

No caso das políticas privadas, verifica-se, no Brasil, um número ainda incipiente (mas crescente) de grandes empresas buscando estabelecer políticas de diversidade em seus recursos humanos, aumentando a participação de profissionais mulheres, negros, LGBTQIA+, portadores de deficiência, moradores da periferia, entre outros. Uma das iniciativas recentes, que merece destaque, é o “Pacto pela equidade racial”, lançado em julho de 2021, e formado inicialmente por 140 apoiadores entre executivos, empresários, acadêmicos, terceiro setor e representantes da comunidade negra. Conforme Campos (2021):

A ambição é conseguir, no tempo de uma geração, melhorar a educação pública para obter uma representação mais justa dos profissionais negros no mercado de trabalho (...). A iniciativa conta como o apoio do Pacto Global da ONU, que vai adotá-lo como protocolo para combater o racismo no Brasil (...). A adoção das empresas será voluntária e gratuita (...). [Elas serão enquadradas em] um Índice ESG de Equidade Racial (IEER), que vai medir em três níveis o quão equilibrada a empresa está em termos raciais, levando em conta a composição do quadro por ocupação, os salários médios e a distribuição racial na região (...). Uma companhia só conseguirá melhorar na sua avaliação (...) se avançar no equilíbrio racial – com um peso maior à participação de negros em cargos de liderança – nas ações afirmativas propostas pelo protocolo e fizer investimentos sociais voltados à equidade social (...). A sigla ESG, que indica melhores práticas ambien-

tais, sociais e de governança vem ganhando força no país e exigindo um posicionamento do mercado financeiro⁵.

A nosso ver, é preciso que esta e outras iniciativas privadas estejam atentas também à inserção dos negros no chamado ecossistema de inovação nacional e internacional, estimulando sua efetiva participação na criação, no desenvolvimento e no uso de soluções tecnológicas, com especial destaque para as tecnologias digitais.

O Brasil carece de pesquisas regulares, periódicas e amplas sobre o assunto, dada a centralidade do tema para esta e as futuras gerações brasileiras. Por exemplo, a PNAD Contínua TIC 2019, do IBGE, traz informações importantes sobre o uso de tecnologias TIC nos domicílios brasileiros, mas sem o cruzamento com o quesito raça/cor. Os dados apontaram que, em 2019, 40,6% dos domicílios tinham microcomputadores (mas apenas 13,1% nas áreas rurais). Já a internet é acessada em 82,7% dos domicílios (sendo que 55,6% nos domicílios em áreas rurais).

Outras pesquisas buscam olhar o fenômeno da desigualdade em suas dimensões mais amplas. Uma delas é a feita pela Pretalab em

5. Conforme Campus (2021): “As ações afirmativas recomendadas pelo Protocolo ESG Racial para serem incluídas nas políticas de recursos humanos são de curto, médio e longo prazos. Entre elas estão a adoção de processos seletivos exclusivos, priorizando a contratação, retenção e promoção de profissionais negros qualificados, o letramento racial das lideranças, um recenseamento racial interno com base na autodeclaração dos funcionários, além da adoção de métricas e objetivos para monitorar a eficácia das políticas de diversidade (...). Outro ponto importante para a pontuação das companhias é a adoção de critérios e políticas de equidade social para a seleção ou exclusão de parceiros e fornecedores. “O ‘S’ da sigla ESG refere-se a como as empresas se relacionam com as pessoas que fazem parte do seu ecossistema (...). O Pacto sugere a alocação dos investimentos sociais indicando projetos e organizações que apoiem a formação integral da mão de obra negra e sua inserção no mercado. (...) Um dos obstáculos para a formação da população negra é a baixa qualidade da educação pública, que figura entre as piores do mundo, segundo dados da OCDE. [A] diretora do Centro das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT) diz que é importante que o Pacto protagonize não só a equidade racial nas empresas, mas que também “sinalize o fortalecimento das políticas públicas de trabalho e educação (...). A desigualdade racial no Brasil é tão extrema que é fundamental e urgente o investimento na melhoria da qualidade da educação pública, na formação de profissionais negros e na adoção de ações afirmativas por parte das empresas e indivíduos”.

parceria com a consultoria Thoughtworks. A pesquisa envolveu 693 respondentes em todo o país (21 estados, incluindo o DF) envolvidos com o trabalho em tecnologia. O objetivo da pesquisa foi o de observar mais atentamente a diversidade nas equipes de tecnologia. No que se refere à cor, a pesquisa identificou o seguinte:

Tabela 1

Percentual de pessoas negras/pretas/pardas na sociedade brasileira	Percentual de pessoas negras/pretas/pardas nas equipes de tecnologia
53,9%	36,9%

Fonte: Pesquisa Pretalab/Thoughtworks, 2019.

Tabela 2

Faixas de participação dos negros nas equipes	% dos casos de empresas de tecnologia
0%	32,7%
Até 5%	21,0%
De 6% a 10%	14,8%
De 11 % a 20%	12,4%
De 21% a 30%	6,1%
De 31% a 40%	5,5%
De 41% a 50%	3,3%
Acima de 50%	4,2%

Fonte: Pesquisa Pretalab/Thoughtworks, 2019.

Tabela 3

Faixas de participação das pessoas de bairros periféricos nas equipes de tecnologia	% dos casos de empresas de tecnologia
0%	38,7%
Até 5%	
De 6% a 10%	17,3%
De 11 % a 20%	11,4%

continua

De 21% a 30%	9,2%
De 31% a 40%	6,8%
De 41% a 50%	4,6%
Acima de 50%	8,3%

Fonte: Pesquisa Pretalab/Thoughtworks, 2019.

Pela tabela 1, verifica-se que apesar de ser a maioria da população (53,9%), o percentual das pessoas negras, pretas e pardas (36,9%) ainda representa a minoria entre as pessoas das equipes de tecnologia pesquisadas.

Na tabela 2, observa-se que em 32,7% das equipes de tecnologia não há nenhuma pessoa negra nas equipes de trabalho em tecnologia, e em 53,7% das equipes, o percentual alcança no máximo 5%.

De acordo com a tabela 3, “em 67% dos casos as pessoas que moram em bairros periféricos e vulneráveis representam um máximo de 10% das pessoas nas equipes de trabalho em tecnologia”. (Pesquisa Pretalab / Thoughtworks, 2019).

Neste sentido, o desafio dos tempos contemporâneos para as políticas públicas e privadas é triplo: a igualdade e a melhoria da escolarização formal⁶; o combate ao racismo e ao preconceito na contratação e no trabalho; a inclusão do negro do pleno domínio e participação no processo de geração e uso das novas tecnologias, especialmente as digitais.

6. Em entrevista concedida à autora deste artigo (Viana, 2020), a ativista e pesquisadora norte-americana Alison Moses, que tem largas experiências em projetos sociais e internacionais, argumentou: “Nas suas principais áreas, o negro brasileiro teria que em primeiro lugar educar a maioria negra do país. Apesar das lutas incessantes pela escolarização da população negra no Brasil, a história da educação e escolarização dos negros e negras no Brasil foi marcada por uma caminhada de desigualdades que se verifica até os dias atuais. A taxa de analfabetismo entre as pessoas pretas ou pardas (negros) é mais do que o dobro do que entre as pessoas brancas (...) O analfabetismo está intimamente ligado à pobreza do negro no Brasil: negros são 75% entre os mais pobres; brancos, 70% entre os mais ricos em um país cuja maioria é negra”.

A inclusão e a busca da igualdade racial no mercado de trabalho consistem em várias dimensões: desde ter o acesso à aquisição e uso de computadores e outros dispositivos de informação; o acesso à internet; a capacitação para o uso das ferramentas e programas digitais; a participação dos negros no ecossistema de inovação, visando fazer parte de grupos de tecnologia e constituir empresas de base tecnológica.

Chama a atenção também para a ausência de indicadores sistemáticos e periódicos sobre o perfil e as desigualdades raciais (bem como entre as regiões do país, entre áreas urbanas e rurais, entre outras) no que se refere à apropriação tecnológica.

Cabe finalizar reafirmando que continuam grandes os desafios de mudanças estruturais para a inclusão e redução das desigualdades entre negros e brancos no mercado de trabalho no Brasil. Mas estes desafios também se mesclam com os novos elementos que caracterizam cada fase histórica. Nesta em que vivemos, a busca de igualdade racial nas oportunidades do mercado de trabalho coloca a questão tecnológica no centro do debate.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Stela. “Pacto inclui equidade racial na ESG”. *Valor Econômico*, 8/7/2021. Disponível em: <https://carreira/noticia/2021/07/08/pacto-inclui-equidade-racial-na-pauta-esg.ghtml>.

FERNANDES, João Carlos Lopes; DE SOUZA, Mônica Maria Martins; DE OLIVEIRA, Daniel. “A Inclusão Digital do Negro no Brasil”. *Brasil Para Todos-Revista Internacional*, v. 3, n. 1, p. 47-53, 2016.

GOMES, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares*, vol. 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “PNAD Contínua Trimestral: desocupação cresce em oito das 27 UFs no 1º trimestre de 2021”. *Agência de Notícias IBGE*.

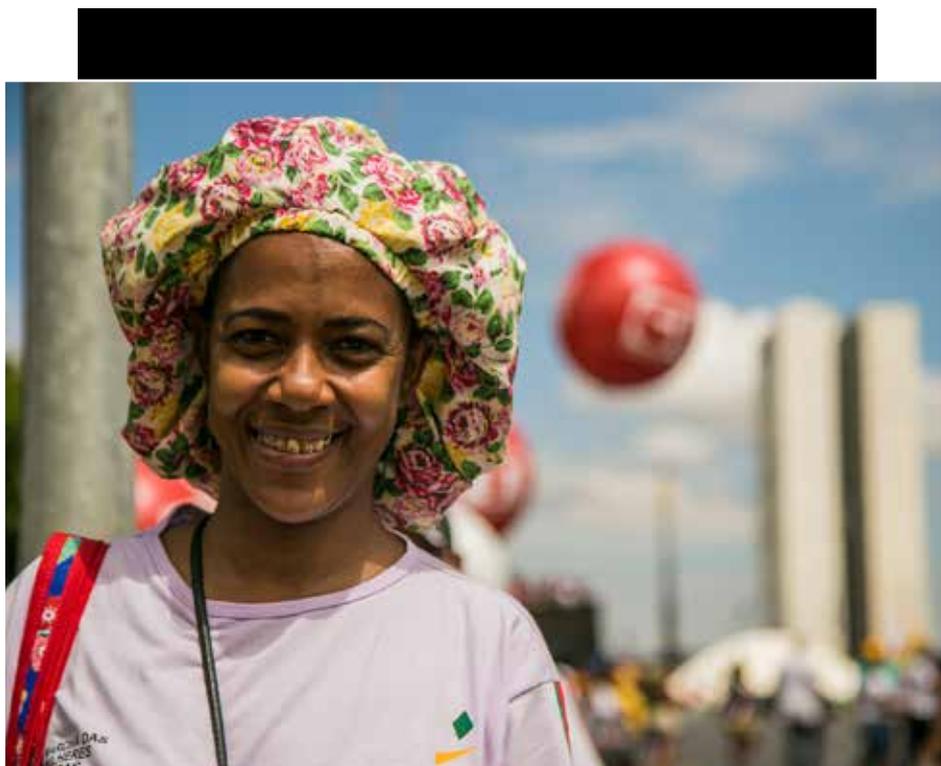
_____. “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”. *Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica*, n.41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

LIMA, Márcia. “Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula”. *Novos Estudos*. CEBRAP, p. 77-95, 2010.

SANTOS, R. “A inclusão digital requer novo pacto social entre governos e sociedade”. *Inclusão Social*, Brasília, v.1, n.1, p.24-27, out/mar, 2005.

VIANA, Vânia. “Racismo e manifestações nos EUA e Brasil: entrevista com a ativista e pesquisadora norte-americana Alison Moses”. *Carta de Conjuntura da USCS* 13, julho 2020. Disponível em: <https://www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjuscs>

WEISELFIJZ, J. J. *Mapa das desigualdades digitais no Brasil*. Brasília: RI-TLA. Instituto Sangari; Ministério da Educação, 2007.



A LUTA QUILOMBOLA EM MOVIMENTO

BÁRBARA OLIVEIRA SOUZA¹

O movimento de luta das comunidades quilombolas por seus direitos e por sua identidade é histórico e político. Traz em seu íntimo uma dimensão secular de resistência, na qual homens e mulheres buscavam o quilombo como possibilidade de se manterem física, social e culturalmente, em contraponto à lógica escravocrata.

As lutas pela defesa dos territórios se fazem presentes em diferentes períodos históricos em muitas comunidades atualmente categorizadas e que se autoidentificam como quilombolas. Estas possuem uma multiplicidade de denominações em seus distintos contextos, como “terras de preto”, “terras de santo”, “mocambos”, “quilombos”, dentre outras.

A luta pelos seus territórios, organizada a partir do Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, traz uma nova moldagem para

1. Doutora em Antropologia pela UnB; pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (UnB); professora voluntária da Universidade de Brasília vinculada ao NEAB/CEAM/UnB, onde ministra disciplinas sobre a questão racial, povos e comunidades tradicionais e sustentabilidade. Atua como pesquisadora sênior no Projeto Quilombos e Educação, financiado pelo CEERT.

essa mobilização. Resulta, alguns anos após a sua promulgação, nas primeiras terras quilombolas tituladas no Brasil.

A resistência quilombola traz em si um processo de construção que há muito se dá na história do país, e que se processa de diferentes modos de acordo com os contextos de cada período. A ocupação das terras brasileiras pelo poder colonial abarcou quase quatro séculos da história do país. Após a abolição formal da escravidão (Lei Áurea, n. 3.353, de 13 de maio de 1888), levou-se 100 anos para que fossem reconhecidos os direitos às terras aos descendentes dos antigos quilombos, por meio do Art. 68 da Constituição Federal de 1988.

Hoje, após mais de três décadas de vigência do Artigo 68, pouco mais de duzentas comunidades tiveram seus territórios reconhecidos. São cerca de seis mil comunidades quilombolas no Brasil (CONAQ, 2021), das quais mais de três mil são certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Portanto, um universo muito restrito tem direito ao seu território tradicional assegurado. A fragilidade da efetivação desse direito se expressa no processo lento e árduo de titulação das terras quilombolas.

Esse quadro tem amplificada sua complexidade com a conjuntura atual apresentada, na qual há uma fragilização acentuada das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, com ênfase para a paralisia e inoperância das políticas fundiárias pelo órgão federal responsável. A desestruturação e o esvaziamento das políticas públicas para as comunidades qui-

lombolas ganha maior impacto no contexto atual vivenciado de pandemia da Covid-19.

O movimento de aquilombar-se, de luta pela garantia da sobrevivência física, social e cultural, é histórico. Abarca uma dimensão secular de resistência e luta dos africanos e seus descendentes, muitas vezes em conjunto com indígenas e até brancos, e chega aos dias atuais na batalha pela garantia de direitos fundamentais, como a titulação das terras que tradicionalmente ocupam as comunidades quilombolas.

O objetivo deste artigo é abordar as dimensões político-organizativas estabelecidas entre as comunidades no “movimento quilombola”, em um olhar histórico e panorâmico da articulação em nível nacional e estadual.

AQUILOMBAR-SE

A ideia central do movimento de aquilombar-se reside nas várias estratégias e mobilizações impetradas pelos quilombos, mocambos, terras de preto, terras de santo (dentre outras denominações existentes) ao longo da história do país, para manterem-se íntegras física, social e culturalmente. A perspectiva de resistência é intrínseca, porém a resistência traz em si a concepção fundamental de existência. Essa existência histórica fundamenta-se e ressemantiza-se no presente, no existir atual.

Aquilombar-se é, portanto, uma ação contínua de existência autônoma frente aos antagonismos que se caracterizam de diferentes formas ao longo da história dessas comunidades, e que demandam ações de luta ao longo das gerações para que esses sujeitos tenham o direito fundamental a resistirem e existirem com seus usos e costumes. Esse existir tem um movimento fortemente voltado para a coletividade, para os laços que unem os quilombolas entre si e que, num movimento mais amplo e recente, une as comunidades de distintas regiões.

Ivo Fonseca, liderança quilombola da Coordenação Nacional de Articulação Quilombola (Conaq) e da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconeruq), aborda o movimento de lutas das comunidades quilombolas, numa perspectiva histórica de processo: “O Movimento quilombola pode se associar ao movimento contra a escravidão. Você pode ver que as nossas lutas de hoje não são muito diferentes [daquelas] da época da escravidão”².

Givânia Silva também reflete sobre esse processo mais amplo de resistência das comunidades quilombolas:

Os desafios de hoje são os desafios de ontem. Por que os de ontem? Porque esses foram o desafio da superação dos navios, da escravidão, do anonimato, do abandono etc. Os de hoje não são esses, mas têm a mesma finalidade que é anular qualquer possibilidade de que preto nesse país seja tratado como o restante da população. Quando a

2. Ivo Fonseca, liderança quilombola da comunidade de Frechal – Maranhão, em entrevista.

grande imprensa, o latifúndio, setores conservadores da sociedade reagem contra essa política, nós entendemos que o que está acontecendo hoje é o mesmo que aconteceu ontem, só que por outros meios e outros mecanismos. O que está posto é a certeza de que cada vez mais precisamos estar unidos. É uma luta árdua e, acima de tudo, é uma luta coletiva³.

Creio que apresentar a dimensão de que o movimento quilombola compõe-se de um processo histórico de luta pela existência, a partir de seus usos e costumes, seja um elemento estrutural da perspectiva do aquilombar-se. Esse movimento marca a oposição aos antagonismos que se fizeram e se fazem presentes nas mais variadas situações vivenciadas pelas comunidades, seja no período escravocrata, seja no período posterior à dita “abolição” da escravidão.

A sociedade brasileira, no pós-abolição, não efetivou um processo concreto de reconhecimento da população negra em sua diversidade como parte constitutiva sua e construiu, ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, um complexo enredo de desigualdade racial. Os segmentos e grupos empobrecidos de descendentes de africanos, dos quais boa parte era de escravizados, mesmo após a abolição da escravidão e a Proclamação da República permaneceram em completa e violenta desigualdade. Todavia, não apenas a opressão marca os processos vivenciados por esses grupos. É fundamental lembrar a importância que tiveram os movimentos, resistências e reações por parte da população negra.

3. Givânia Silva, liderança quilombola de Conceição das Crioulas – Pernambuco, em entrevista.

No período posterior a 1888, além da grande desigualdade, a população negra, de modo geral, e as comunidades quilombolas, em especial, são fortemente invisibilizadas no escopo do Estado. O debate e a tônica que trazem para a sociedade brasileira a discussão sobre a questão quilombola, no século XX, são frutos de um longo processo. Os movimentos negros urbanos tiveram grande peso nesse contraponto à invisibilidade. Somado a isso, e caracterizando-se como o grande marco desse processo, está a força e resistência das comunidades quilombolas, que perpassaram a história do Brasil com uma diversidade de formações e abrangendo todas as regiões do país e chegam ao século XXI reivindicando seus direitos fundamentais, com ênfase no direito à terra.

Os movimentos negros urbanos, nesse debate sobre a questão quilombola, são muito relevantes. A discussão sobre os quilombos tem voz na Frente Negra Brasileira, nos anos 1930; surge em movimentos dos anos 1940, 1950 – como o Teatro Experimental do Negro (Abdias do Nascimento) – e ganha fôlego no bojo da institucionalização do movimento negro, nas décadas de 1970 e 1980.

Com o acirramento dos conflitos fundiários, reflexo do intenso levante grileiro das décadas de 1970 e 1980, as comunidades quilombolas se juntaram às organizações do movimento negro urbano, às vinculadas à luta pela reforma agrária e empreenderam forte mobilização pela visibilidade da questão das comunidades negras rurais, terras de preto e mocambos em diversos estados do país.

Essa mobilização se materializou de modo bastante significativo nos encontros realizados pelas comunidades negras para discutir perspectivas legais visando outras configurações fundiárias. Os estados que marcaram as primeiras mobilizações articuladas das comunidades quilombolas foram: Maranhão, Pará, Bahia, São Paulo, Goiás e o Rio de Janeiro.

A mobilização dos movimentos negros – abrangendo os movimentos quilombola, de mulheres, urbano, dentre outros –, em conjunto com outros parceiros, colocou em pauta o direito à terra às comunidades quilombolas e, por fim, levou à aprovação do Artigo 68 medida de caráter de reparação aos negros pela dívida histórica da sociedade brasileira para com a população afro-brasileira.

O Artigo 68 do ADCT da CF de 1988 marca um divisor de águas da categoria quilombo no escopo legal do Estado, uma vez que de categoria de transgressão e crime – presente nas legislações coloniais e imperiais brasileiras – passa para uma categoria que reivindica direitos.

O período posterior ao Artigo 68 tem sido marcado por uma grande inoperância do Estado no que diz respeito à sua implementação e por uma crescente organização e mobilização das comunidades quilombolas, cuja pauta se volta para a efetivação de seus direitos, com destaque para o direito à terra.

Nesse processo crescente de mobilização das comunidades quilombolas, é importante mencionar que para além do fortalecimento de organizações em âmbito local ou estadual, as comunidades passam a estabelecer articulações nacionais.

Em 1995, no I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, realizado durante a Marcha Zumbi dos Palmares, é criada a Comissão Nacional Provisória das Comunidades Rurais Negras Quilombolas. No ano seguinte, durante o Encontro de Avaliação do I Encontro Nacional de Comunidades Quilombolas, realizado em Bom Jesus da Lapa (Bahia), é constituída a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, que tem como caráter central se constituir como movimento social, não se configurando como outras formas organizativas, como organizações não governamentais, sindicatos ou partidos políticos.

A Conaq é a integração das organizações locais e estaduais de quilombos. Os processos de algumas das organizações quilombolas estaduais foram descritos acima de modo mais detalhado. Entretanto, a composição da Conaq é mais ampla. De sua composição se destacam associações, federações, coordenações e comissões que têm como característica a luta pelos direitos das comunidades quilombolas. Organizam-se de modo apartidário e autônomo, com ênfase para o fato de que se figuram como instâncias das comunidades, voltadas especificamente aos objetivos delineados nas localidades das quais provêm. Cada estado apresenta sua dinâmica e sua forma de estruturar sua rede de ação política.

Destaco a seguir as organizações estaduais quilombolas que integram a Conaq:

- Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas de São Paulo;

- Coordenação Estadual de Quilombos do Rio Grande do Norte;
- Coordenação Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco;
- Federação Estadual das Comunidades Quilombolas de Sergipe – FECQS;
- Federação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio Grande do Sul – FACQ/RS;
- Conselho Estadual das Comunidades e Associações Quilombolas do Estado da Bahia – Ceaq/BA;
- Coordenação Estadual das Comunidades Negras Quilombolas da Paraíba – Ceneq;
- Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais – N° Golo;
- Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão – Aconeruq;
- Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará – Cerquirce;
- Federação Estadual das Comunidades Quilombolas do Paraná – Fecoqui;
- Associação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí;
- Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas e Remanescentes de Alagoas – Ganga Zumba;
- Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins – Coepto;

- Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará – Malungu;
- Coordenação das Comunidades Quilombolas do Estado do Espírito Santo ‘Zacimba Gaba’;
- Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro – Acquilerj.

Muitos estados possuem uma organização e mobilização política que antecedem a Conaq e que, inclusive, foram fundamentais para sua constituição. Em outros casos, foi exatamente a constituição da Conaq e as mobilizações nacionais empreendidas que tornou possível a criação de organizações quilombolas nos níveis regionais e estaduais, nas cinco regiões do país.

Além dessas articulações com organizações nacionais, a Conaq conta com coletivos temáticos que articulam projetos e ações específicas para: Mulheres, Juventude, Saúde, Educação, Covid-19, Jurídico e Comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades quilombolas apresentam um processo crescente de mobilização e organização, cuja pauta é a busca pela efetivação dos seus direitos, com ênfase para o direito à terra. É importante ressaltar o enorme passivo do Estado brasileiro para a efetivação dos direitos quilombolas, materializado pela escassez de recursos, meios técnicos e infraestrutura, além dos graves conflitos

presentes em parte dos territórios quilombolas. Contudo, é visível o crescimento dessa rede que reúne comunidades de diferentes realidades, reunidas a partir de uma pauta comum de reivindicação de direitos.

A inoperância do Estado para efetivar a titulação das terras das comunidades quilombolas, a resistência e as barreiras para a efetivação de políticas estruturadas a partir de uma ótica pluriétnica refletem o histórico silenciamento promovido pelo Estado brasileiro com a diversidade. Nessa perspectiva, ao reivindicarem sua existência e suas especificidades, as comunidades lutam contra os antagonismos construídos pelo próprio Estado brasileiro historicamente.

Aquilombar-se relaciona-se fundamentalmente ao movimento quilombola, pensando-o como proveniente da luta pela garantia dos direitos desses grupos. Essa trajetória de luta tem múltiplas facetas, sendo uma delas a institucional, das coordenações, associações e federações, o que se soma às outras formas de resistência das comunidades. O central é que *aquilombar-se* remete à luta contínua não pelo direito a sobreviver, mas pelo de existir em toda a sua plenitude. Trata-se da luta pela existência física, cultural, histórica e social das comunidades quilombolas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Negras rurais Quilombolas do Brasil e Terra de Direitos. Racismo e Violência Contra os Quilombolas no Brasil. Curitiba, 2018.

MARCHA ZUMBI contra o racismo, pela cidadania e a vida. Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial. Brasília: Cultura Gráfica e Editora, 1996.

Nascimento, Abdias do. *O Quilombismo*. Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Editor Produtor Editor, 2002. (2ª ed. Brasília).

SOUZA, Bárbara Oliveira. *Aquilombar-se: panorama sobre o Movimento Quilombola Brasileiro*. Curitiba: Appris Editora, 2016.

Entrevistas realizadas pela autora com:

Ivo Fonseca, liderança quilombola da comunidade de Frechal – Maranhão, s/d.

Givânia Silva, liderança quilombola de Conceição das Crioulas – Pernambuco, s/d.

Sites:

www.conaq.org.br

www.incra.gov.br

www.palmares.gov.br

PESSOAS NEGRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS E INFANTIS

PAULO VINICIUS BAPTISTA DA SILVA¹

As formas de hierarquia dos discursos brasileiros operam nos livros didáticos e de literatura infantil, ao longo da história, com duas notáveis formas de hierarquia racial. A mais importante é o estabelecimento da pessoa branca como padrão de humanidade. A normatividade branca opera para uma naturalização da hegemonia branca em todas as situações de poder da sociedade. Como representante da espécie, pessoas brancas podem participar em qualquer espaço social e onde há acúmulo de bens materiais ou bens simbólicos, discursos que atuam para a supremacia branca quase unânime. A pessoas negras e indígenas, mais que sub-representação, a norma foi o silêncio, nenhuma ou pouca alternativa de participar das tramas. E quando furado o bloqueio da ausência, os espaços destinados a personagens negras e indígenas nestes discursos foram de subalternidade e estereotipia.

1. Pesquisador do CNPQ, do NEAB-UFPR, do PPGE-UFPR, do NAPP Igualdade Racial da FPA. Segundo secretário da Anped; superintendente de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade da UFPR.

Raramente as hierarquias raciais se manifestam por formas diretas. Via de regra são estas duas características – hegemonia branca e estereotipa relativa a pessoas negras e indígenas – que, juntas, atuaram para o discurso racializado dos livros didáticos e de literatura infantis brasileiros. Então, desde o início do século XX não encontraremos nos livros passagens abertamente racistas que ofendem a negras e negros. É situando as pessoas negras e indígenas em situações subalternas, por exemplo, que esses discursos operam em prol do poder concentrado pelas pessoas brancas.

No entanto, numa resposta muito direta à questão colocada no início deste artigo, podemos afirmar que a representatividade negra em livros didáticos e infantis melhoraram nas duas últimas décadas, muito em função de políticas de valorização da população negra executadas pelas gestões Lula e Dilma. No momento atual estamos acompanhando retrocessos nas políticas; como o impacto das políticas de livros não é imediata, temos alguns resultados de inércia das políticas adotadas nas gestões anteriores e para os próximos anos a projeção é de aumento de perdas.

Importante observar que estamos tratando de um universo muito amplo de publicações, que correspondem, em volume de venda e em valores, à metade de todo o mercado editorial brasileiro. Vamos então fazer uma discussão em separado, uma relativa a livros didáticos e outra relativa à literatura infantil.

PESSOAS NEGRAS (E BRANCAS)
EM LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS

O tema de pesquisa “negros em livros didáticos” entrou relativamente cedo para a agenda de pesquisa brasileira com alguns estudos realizados nos anos 1950. Essas pesquisas identificaram que as formas de racismo explícito não eram identificadas nos livros, sendo que as hierarquias raciais se manifestavam por meio da ausência de personagens e temáticas negras e pela definição de espaços sociais subalternos (especialmente trabalho braçal) aos poucos para as raras pessoas negras que participavam nos livros. Após o lapso durante a ditadura militar – que proibia a discussão de desigualdades no geral e de desigualdades raciais em particular –, no final dos anos 1970, período da abertura, as pesquisas foram retomadas.

Uma pesquisa de Regina Paim Pinto, da Fundação Carlos Chagas, fez comparação entre livros de língua portuguesa publicados dos anos 1941 a 1975². Em todos os mais de 30 anos analisados, as diferenças foram tênues. Mais tarde, outra pesquisa fez uma atualização comparando livros publicados entre 1975 e 2003³. Os resultados mantiveram-se similares, com as duas bases do discurso racista, sub-representação de pessoas negras e estereotipia, mantendo-se. A análise em tempos diferentes, especialmente a comparação de livros publicados no final dos anos 1970 com os publicados no

2. Ver dissertação de Regina Paim Pinto, *O Livro Didático e a Democratização da escola* e síntese de resultados no artigo “A representação do negro em livros didáticos de leitura”, *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 63, p. 88-92, nov. 1987.

3. Detalhes da tese de Paulo Vinicius Baptista da Silva, *Racismo em Livros Didáticos* e “Racismo discursivo e avaliações do Programa Nacional de Livros Didáticos”, *Intermeio* (UFMS), v. 24, p. 6-29, 2007.

início dos anos 2000, identificou algumas mudanças classificadas como “epidérmicas”. No período inicial, personagens brancas foram 92% (177), no último personagens brancas foram 94% (317) e personagens negras subiram de 15 (8% do período) para 19 (6%), ou seja, a proporção piorou porque tínhamos 11,8 personagens brancas para cada personagem negra e passamos a 16,7 personagens brancas para cada personagem negra em livros distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O número de personagens mulheres negras subiu de 2 no período inicial para 3 no final, mas a proporção se manteve exata, para cada personagem feminina negra as mesmas 26 personagens femininas brancas (52 e 78, respectivamente); personagens negras que estudam foram 1 negra para 36 brancas no período mais remoto e de 1 negra para 52 brancas no mais recente, e não foi identificada nenhuma personagem negra que tinha algum tipo de laço familiar em livros da etapa inicial, passando para três personagens negras e 120 brancas (1 para cada 40) nos livros mais recentes.

Essas duas formas de desumanização são muito significativas para discutir os espaços sociais à pessoa negra construídos no imaginário, pois além de ausente e ocupando lugares subalternos e trabalhos braçais, não participa dos contextos escolares e educativos e não tem família, não tem relação com os seus. Ou, de uma forma bastante direta, pessoas negras não estudam e não têm família, nos discursos dos livros didáticos publicados entre 1941 e 2003. Esses discursos alimentaram o imaginário brasileiro

e construíram ativamente as formas estereotipadas de expectativas em relação a pessoas negras no país.

Importante aspecto é que esses livros foram comprados e distribuídos pelo maior programa de distribuição de livros do mundo, o PNLD⁴, política iniciada em 1985, na Nova República, que teve diversos aprimoramentos e, para instituir as avaliações de livros nos anos 1990, bastante importantes para a melhoria de qualidade, usou de acordos com os movimentos negros e feministas. Detalhando para o leitor, nos finais dos anos 1980 identifica-se a necessidade de avaliar os livros e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) assina acordos de cooperação com movimentos negros e movimentos de mulheres. Avaliação publicada pelo MEC em 1994 traz críticas às ausências de pessoas negras e mulheres em livros didáticos de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e “Estudos Sociais” para séries iniciais do ensino fundamental. Em 1996 iniciam as avaliações prévias à compra dos livros e critérios relativos à presença de pessoas negras e de mulheres são “esquecidos”.

Ficou definido um critério de exclusão: livros que tinham discursos racistas ou sexistas deviam ser desclassificados logo no início da avaliação. Como as pesquisas já demonstravam, livros publicados desde a década de 1940 não trazem formas explícitas de racismo. O critério de exclusão foi e é inócuo: nenhum livro foi desclassificado por racismo ou sexismo desde iniciadas as avaliações prévias no PNLD, de 1996 até os dias atuais.

4. PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático, coordenado pelo Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 11 nov. 2021.

Na gestão Lula as equipes de coordenação e avaliação do PNLD mantiveram-se as mesmas do governo anterior, mas novidades tiveram impacto nas políticas. A aprovação da Lei 10.639/03⁵, que define obrigatoriedade de ensino de História e Cultura afro-brasileiras e africanas. As políticas curriculares orientadas pelo Conselho Nacional de Educação (com representações dos movimentos negro e indígena a partir de 2003) e as aprovações das Diretrizes Curriculares Nacionais, especialmente as de Educação das Relações Étnico-Raciais (DCN-ERER)⁶ em 2004 (mas também as demais DCNs que incorporaram as mesmas premissas). A criação e atuação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad e depois Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi), secretaria no MEC responsável pelas “políticas de diversidade” que passou a atuar nas diversas comissões, inclusive as dos livros.

As atuações dessas políticas trouxeram novidades nos editais do PNLD. As exigências como critério de exclusão passaram a citar a necessidade de cumprir a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) e especificamente a Lei 10.639/03, o parecer 03/2004 e a Resolução 01/04 do CNE (DCN-Erer). Ficava então

5. Texto da Lei 10.639/03 publicado no Diário Oficial da União - Sessão 1 - 10/ 01/ 2003, p. 1. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/418044/pg-1-secad-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-10-01-2003>. Acesso em: 11 nov. 2021.

6. Acesso ao texto integral das Diretrizes Curriculares Nacionais, especialmente as de Educação das Relações Étnico-Raciais (DCN-ERER). Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021.

explícito para editoras e equipes de produção dos livros a necessidade de cumprir a legislação antirracista aprovada no período. O maior impacto, no entanto, conforme indicam as pesquisas, foi a inclusão de critérios positivos em vez de simplesmente não ter passagens racistas. No edital do PNLD 2008 incorporam-se as exigências de que os livros devem: promover positivamente a imagem de pessoas negras e indígenas, abordar as relações étnico-raciais e dos povos indígenas, abordar a temática de gênero e promover positivamente a imagem da mulher. Essas indicações de abordagem positiva para pessoas negras, indígenas e mulheres foram incorporadas também em fichas de avaliação de algumas disciplinas e tiveram impacto nos discursos dos livros nos anos seguintes.

Por exemplo, em livros didáticos de Ciências dos PNLD de 2008 e 2011 ter imagens de corpo negro que ilustram temas específicos de conteúdo relativo ao corpo humano, mulher negra representando cientistas em introdução de livro, imagens de personagens negras em família, de médicos e cientistas negras e negros⁷. Em livros de Geografia foram mais comuns imagens de personagens negras com relações familiares saudáveis e não se observou a pessoa negra representada como escrava, nem a folclorização da pessoa negra brasileira⁸. A mudança em relação à escravização nos livros didáticos de História foi captada em pesquisa que percebeu diversidade muito maior de espaços de inserção da população ne-

7. Ana Lucia Mathias, *Relações raciais em livros didáticos de ciências*.

8. Wellington Oliveira dos Santos, *Relações raciais, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e livros didáticos de geografia*.

gra, além da escravidão, voltados para espaço escolar, lazer e trabalho⁹, e uma tese foi intitulada com o termo “novas iconografias” para acentuar a presença de imagens sobre África e africanidades além das imagens canônicas da escravidão¹⁰.

Outra tese, estudando livros didáticos de Matemática, identificou a presença de abordagem da participação da África como lugar de produção de conhecimento e a presença de pessoas negras em situações de família, embora ainda bastante inferior à de pessoas brancas, uma personagem negra com relação familiar para cada 3,5 personagens brancas (muito abaixo das anteriores, mas ainda bastante alto)¹¹.

A escuta de estudantes de Ensino Médio captou percepção de novas imagens em livros didáticos de História de pessoas negras para além da escravidão e inferiorização (Souza, 2021) e a escuta de estudantes de 9º ano do Ensino Fundamental sobre livros didáticos de História e de Língua Portuguesa captou diversas imagens positivas de negras e negros, relacionadas com a implementação da Lei 10.639/03 que passaram a conviver em paralelo com a ainda normatividade branca e discursos que continuam a prender a pessoas negras em estereótipos.

Sobre o PNLD, as mudanças no edital do PNLD 2022, publicado em 2021, expressam a perspectiva do governo federal na ges-

9. Isabella Sacramento da Silva, *Rememoração de estudantes negros(as) do ensino fundamental sobre personagens negros em livros didáticos*.

10. Sidnei Marinho de Souza, *Novas iconografias no livro didático de História: análise e recepção do racismo e antirracismo imagético por jovens do ensino médio*.

11. Maysa Ferreira da Silva, *O romper do silêncio discriminatório: O manuseio do livro didático de matemática na perspectiva da Educação para as Relações Étnico-Raciais*.

tão iniciada em 2019. O critério de exclusão de obras que expressam racismo e sexismo foram retirados, ocorreu um debate público sobre isso, mas este critério é inócuo e não interfere nas obras. Os itens relativos à valorização de pessoas negras, indígenas e mulheres foram substituídos por outros mais generalizantes (respeitar todos os brasileiros; promover positivamente as imagens dos brasileiros), uma velha estratégia dos movimentos conversadores de usar perspectivas generalistas de forma a esvaziar as demandas de movimentos sociais identitários. Esses critérios teriam, sim, impacto negativo ao direcionarem para as editoras e suas complexas equipes de produção dos livros que os generalismos e as normatividades branca, masculina, cis hétero. A somar os interesses econômicos de grupos empresariais nos programas do livro, inclusive de empresários ligados ao MEC e governo federal. De qualquer forma, verifica-se que as mudanças em programas com esta complexidade são processadas a médio prazo, o governo que iniciou em 2019 somente alterou o edital de 2021, e os impactos nos livros demorarão ainda alguns anos para serem perceptíveis.

PESSOAS NEGRAS (E BRANCAS) NA LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA

Em relação às políticas de distribuição de livros e aos processos editoriais, as distinções são bastante acentuadas entre livros de literatura infantil e livros didáticos. Em relação aos lugares sociais que estabelecem para pessoas negras e brancas as similaridades são muitas.

As personagens negras na literatura infanto-juvenil publicada no Brasil até a década de 1920 praticamente não existiam. Na década posterior as personagens negras passaram a ser mais frequentes, mas construídas com estereotipia e simplificação; associadas à simplicidade, primitivismo, ignorância, meio rural e passado, com características corporais animalizadas¹². Uma personagem típica que apresenta tais características é a Tia Nastácia, de Monteiro Lobato, que figura como protótipo da subserviência, da falta de valor à sua cultura, sendo associada à feiura, simplicidade e primitivismo, ocupando um espaço reservado de subalternidade. Ao longo da primeira metade do século XX, a produção que circulava era principalmente de livros religiosos, especialmente passagens bíblicas para crianças (grande parte das vezes com ilustrações das personagens com aparência europeia em lugar de aspectos de pessoas do Oriente Médio antigo).

Em pesquisa sobre modelos culturais oferecidos à infância¹³ na literatura infanto-juvenil publicada entre 1955 e 1975 (universo dos livros depositados na Biblioteca Nacional), observou-se a normatividade branca e a sub-representação de personagens negras em textos e ilustrações; estereotipia na ilustração de personagens negras; associação de personagens negras com profissões socialmente desvalorizadas; menor elaboração textual de personagens negras;

12. Ver pesquisa de Maria Cristina Soares Gouvea, "Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica", em *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.31, n.1, jan./abr. 2005. Também em *O mundo da criança: a construção do infantil na literatura brasileira*.

13. Realizada pela Fundação Carlos Chagas e coordenada por Fulvia Rosemberg. Principais resultados publicados em livro da autora, *Literatura Infantil e Ideologia*.

associação da cor negra com maldade, tragédia, sujeira; associação do ser negro com castigo e com feiura; associação com personagens antropomorfizados (não humanos).

No período entre 1975 e 1995 essas características gerais se mantiveram, com um pequeno acréscimo de algumas personagens negras com certo destaque nas tramas e mesmo com papel de protagonistas, mas sem mudança nas tendências gerais¹⁴. A apresentação de personagens negras quase sempre na condição de escravos ou relacionados ao passado escravista tende a perpetuar tal característica. A mulher negra continuou a ser retratada, quase exclusivamente, como empregada doméstica. Outra análise dos anos 1990 também aponta para a invisibilização de personagens negras e o tratamento estereotipado¹⁵. Além da desproporção, algumas das obras também trazem outras formas de hierarquização entre personagens brancas e negras. Na literatura infantil publicada entre 1979 e 1989, observou-se que personagens negras eram tecidas de forma inferiorizada, com associação à pobreza, desamparo e ausência de família, sujeição à violência e enaltecidos por atributos físicos com vistas a saudar a suposta democracia racial brasileira¹⁶.

Em pesquisas sobre acervos comprados e distribuídos pelo Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) em 1999, 2005 e 2008, os resultados foram bastante similares aos de pesquisa anterior. A primeira pesquisa acentua como a identidade racial

14. Atualização da pesquisa anterior na dissertação de Chirley Bazilli, *Discriminação contra personagens negros na literatura infanto-juvenil brasileira contemporânea*.

15. Análise da escritora e pesquisadora Heloísa Pires Lima em livro produzido pelo MEC e organizado por Kabengele Munanga, *Superando o racismo na escola*, p. 102-103.

16. Estudo de Maria Anória de Jesus Oliveira, *Negros personagens nas narrativas infanto-juvenis brasileiras: 1979-1989*.

branca é apresentada como não alvo do processo de racialização, ao passo que as representações de negritude operam para promover um clareamento, promover uma estética branca a personagens negras¹⁷. Em outra pesquisa, em análise de livros distribuídos em 2005, foram identificadas 2077 personagens brancas e 448 negras; 6,9 personagens brancas para cada personagem negra, mantendo-se a tendência de sub-representação, com maior número de indicadores de complexidade mantendo personagens negras associadas à subalternidade, ao passo que identificou melhoras no aumento relativo de personagens negras narradoras e com relações familiares. Em outra amostra, desta vez do PNBE de 2008, a proporção foi de 6,8 personagens brancas para cada personagem negra (preta ou parda) identificada nos textos e a pesquisa afirma que “o cotidiano e a experiência da criança negra são alijados do ato de criação das personagens e do enredo dessa literatura”¹⁸. Estudo mais recente analisou um conjunto de 93 livros de literatura infantil disponíveis em acervos de instituições de educação infantil, coleta de dados em 2016, e os resultados repetiram-se, com hegemonia e maior complexidade de personagens brancas nas capas, ilustrações e textos, nas quais foram observadas 7,0 personagens brancas para cada personagem negra¹⁹. Outra pesquisa mapeou 77 livros de imagem distribuídos pelo PNBE entre 2008 e 2014, identificando

17. Pesquisa de Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher, *O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional de Biblioteca da Escola* – 1999.

18. Pesquisa de Veridiane Cintia de Souza Oliveira, *Educação das Relações Étnico-Raciais e estratégias ideológicas no acervo do PBNE 2008 para Educação Infantil*, p. 141.

19. Dados da tese de Rita de Cássia Moser Alcaraz, *Políticas de leitura para a infância no município de Curitiba: o livro como direito à promoção de igualdade racial*.

personagens negras em 13 títulos, dos quais 5 em que estas não têm participação ativa, e somente em 8 as personagens negras participam da narrativa, sendo que alguns destes apresentam estereótipos na construção destas personagens²⁰.

O conjunto de dados disponíveis sobre os diferentes acervos ao longo de décadas, 1955 a 2016, revela mudanças relativamente tênues e manutenção dos aspectos mais marcantes: tomados em conjunto, os livros apresentam a pessoas brancas como norma de humanidade, ao passo que pessoas negras têm muito menor participação em número e ainda mantêm-se como personagens com menores alternativas de existência, com menor complexidade do que pessoas brancas.

As pesquisas sobre o impacto social destes discursos são ainda limitadas, mas é importante colocar à luz uma pesquisa que buscou captar a leitura de alunas e alunos de ensino fundamental. Crianças de quarto ano do ensino fundamental que entraram em contato com literatura infantil que apresentava diferentes personagens negras em contextos diversos e com traços valorizados, mas sua representação sobre as personagens foi muito estereotipada, revelaram que nesta idade as representações estereotipadas que circulam socialmente estão já bastante internalizadas e o contato com um livro em específico teve pouco impacto na leitura hierarquizada racialmente pelas crianças²¹.

20. Estudo de Maria Laura Splenger e Eliane Debus. Personagens negras nos livros de imagens do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) para a Educação Infantil. ROTEIRO, v. 44, p. 1-20, 2019.

21. Dados e análise de Débora Cristina de Araujo, *Relações raciais, discurso e literatura infanto-juvenil*.

A produção de literatura infantil brasileira a partir dos anos 1970 diversificou temas, vozes enunciadoras, formas de produção, autoria. No entanto, as mudanças no que se refere, por exemplo, à diversificação de papéis e personagens femininas, pouco atingiu a temática e as personagens negras. Discutindo a criação de personagens negras por autoras brancas, revelou-se como personagens criadas por autoras brancas consagradas têm traços emancipatórios no eixo de gênero, ancoram-se em padrões hierárquicos e estigmatizantes em suas construções de personagens femininas negras²².

Neste período, a partir dos anos de 1970, surgem autores de literatura infantil e juvenil *sujeitos de enunciação* que se afirmam e se querem pessoas negras, com *temática, linguagem e busca de público leitor*, observa-se também movimentações importantes. Joel Rufino dos Santos²³ publica obras com esta perspectiva nos anos 1970; Geni Guimarães²⁴ nos anos 1980; autoras e autores se tornaram referência, como Julio Emílio Braz²⁵, Georgina Martins, Rogério Andrade²⁶, Heloisa Pires Lima²⁷. Um movimento que inicialmente circulou “às margens” trouxe precursores de um maremoto que se amplia e acentua²⁸. Muito impulsionados pela Lei 10.639/03, ga-

22. Tese e livro de Edite Pisa, *O caminho das águas*. Estereótipos de personagens negras por escritoras brancas.

23. Ver: <http://www.letras.ufmg.br/literafrro/autores/288-joel-rufino-dos-santos>.

24. Ver: <http://www.letras.ufmg.br/literafrro/autoras/267-geni-guimaraes>.

25. Ver: <http://www.letras.ufmg.br/literafrro/autores/1175-julio-emilio-braz>.

26. Ver: <http://www.letras.ufmg.br/literafrro/autores/405-rogerio-andrade-barbosa>.

27. Ver: <http://www.letras.ufmg.br/literafrro/autoras/272-helosa-pires-lima>.

28. A este respeito ver livro e artigos de Eliane Debus, *A temática da cultura Africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens*.

nham corpo e, cada vez mais, reverberam e se expressam as vozes africanas da diáspora que nos compõem, num conjunto de obras que se multiplica ano a ano.

No que se refere ao PNBE, mesmo com esta ampliação da produção de literatura temática africana e afro-brasileira, a incorporação de mecanismos de valorização negra tiveram processo distinto no que se refere à crítica às hierarquias raciais repercutiram de forma muito menos expressiva que no PNLD. Os editais do PNBE, e em especial os critérios de avaliação das obras, não assumiram as demandas dos movimentos sociais de valorização de personagens negras, indígenas, mulheres ou demais grupos periféricos. O controle da avaliação por grupos de pesquisa que venciam os editais não permitiu que fichas e critérios de avaliação cobrassem dos acervos diversidade. A análise dos editais, dos mecanismos de avaliação, de entrevistas de gestoras do processo de avaliação das obras, deu sustentação à afirmação que o PNBE atuava de forma a manter e difundir hierarquias raciais²⁹.

No ano de 2016 houve o último edital do PNBE. A partir de 2018 passou a integrar o PNLD como PNBE literário. O momento para este programa do livro, no que se refere às relações étnico-raciais, é de contradição e expectativa. De um lado, ocorre um desmonte de estruturas da educação pública pelo governo federal,

29. Sobre o PNBE ver a tese de Débora Cristina de Araujo, *Literatura Infanto-Juvenil e Política Educacional: estratégias de racialização no PNBE*. Ver também capítulo da autora: "Análise de discursos ideológicos: a atuação do Enfoque Tríplice de Thompson", em SILVA, Paulo; ARAUJO, Débora; SANTOS, Wellington (Orgs.). Racismo, discurso e educação: estratégias ideológicas.

no que se refere aos programas do livro com interesses corporativos e políticos passando a ter maior influência e os editais públicos para todos os processos e decisões passando a ter menos peso. De outro, ao ser incorporado no PNLD os mecanismos de valorização de pessoas negras, indígenas e mulheres passam a orientar as editoras. Como os resultados são a médio prazo, avaliações posteriores irão responder e os caminhos das políticas do livro dependem das próximas gestões do MEC.

Quando perguntamos sobre pessoas negras em livros dirigidos à infância, livros didáticos e literatura infantil, a resposta é por um lado da complexidade, por outra de uma coincidência que, de tanta proximidade entre livros didáticos e literatura infantil, torna-se desconcertante. As formas de estabelecer hierarquias raciais são as mesmas, muito arraigadas e operando com poucas mudanças no longo prazo, desde as décadas de 1940 do século passado em que as pesquisas passaram a acompanhar estes discursos.

Políticas de valorização da população negra e indígena das duas últimas décadas apresentam alguns resultados, mas ainda iniciais e muito parciais. Provavelmente, olhando para as obras que são voltadas à valorização do eu-enunciador negro, tenhamos uma medida de mudança e atualização via discursos antirracistas. No entanto, quando olhamos conjuntos de obras, bibliotecas, acervos, as mudanças são ainda epidérmicas e este é um ponto nevrálgico para o racismo estrutural e estruturante na sociedade brasileira, visto a raça ser uma construção social.

REFERÊNCIAS

ALCARAZ, Rita de Cássia Moser. *Políticas de leitura para a infância no município de Curitiba: o livro como direito à promoção de igualdade racial*. Tese (Doutorado em Educação) Curitiba: UFPR, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/58584>. Acesso em: 12 nov. 2021.

ARAUJO, Débora Cristina de. “Análise de discursos ideológicos: a atuação do Enfoque Tríplice de Thompson”. In: SILVA, Paulo; ARAUJO, Débora; SANTOS, Wellington (Orgs.). *Racismo, discurso e educação: estratégias ideológicas*. Curitiba: NEAB, 2018, p. 39-77. Disponível em: <http://www.sipad.ufpr.br/portal/livros/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

_____. *Literatura Infanto-Juvenil e Política Educacional: estratégias de racialização no PNBE*. Tese (Doutorado em Educação). Curitiba: UFPR, 2015. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2015/d2015_Debora%20Cristina%20de%20Araujo.pdf. Acesso em: 12 nov. 2021.

_____. *Relações raciais, discurso e literatura infanto-juvenil*. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba: UFPR, 2010. Disponível em http://www.ppge.ufpr.br/teses/M10_araujo.pdf. Acesso em: 12 nov. 2021.

BAZILLI, Chirley. *Discriminação contra personagens negros na literatura infanto-juvenil brasileira contemporânea*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: PUC, 1999.

DA SILVA, Isabella Sacramento. *Rememoração de estudantes negros(as) do ensino fundamental sobre personagens negros em livros didáticos*. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba: UFPR, 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/66028>. Acesso em: 11 nov. 2021.

DA SILVA, Maysa Ferreira. *O romper do silêncio discriminatório: O manuseio do livro didático de matemática na perspectiva da Educação para as Relações Étnico-Raciais*. Tese (Doutorado em Educação). Curitiba: UFPR, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/69750>. Acesso em: 11 nov. 2021.

DA SILVA, Paulo Vinicius Baptista. *Racismo em Livros Didáticos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. “Racismo discursivo e avaliações do Programa Nacional de Livros Didáticos”. *Intermeio* (UFMS), v. 24, p. 6-29, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2553/1790>. Acesso em: 11 nov. 2021.

DEBUS, Eliane. *A temática da cultura Africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens*. São Paulo: Cortez, 2017.

GOUVEA, Maria Cristina Soares. “Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica”. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.31, n.1, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v31n01/v31n01a06.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

_____. *O mundo da criança: a construção do infantil na literatura brasileira*. Bragança: Ed. Univ. São Francisco, 2004.

KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva. *O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional de Biblioteca da Escola – 1999*. Tese (Doutorado em Educação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

LIMA, Heloísa Pires. “Personagens Negros: Um Breve Perfil na Literatura Infanto-Juvenil”. In: MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 09 nov. 2021.

MATHIAS, Ana Lucia. *Relações raciais em livros didáticos de ciências*. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba: UFPR, 2011. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/27890>. Acesso em: 11 nov. 2021.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. *Negros personagens nas narrativas infanto-juvenis brasileiras: 1979-1989*. Dissertação (Mestrado em Educação). Salvador: UNEB, 2003.

OLIVEIRA, Veridiane Cintia de Souza. *Educação das Relações Étnico-Raciais e estratégias ideológicas no acervo do PBNE 2008 para Educação Infantil*. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba: UFPR, 2011. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/M11_Veridiane%20Cintia%20de%20Souza%20Oliveira.pdf. Acesso em: 12 nov. 2021.

PINTO, Regina Pahim. “A representação do negro em livros didáticos de leitura”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 63, p. 88-92, nov. 1987. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br//index.php/cp/article/view/1280/1281>. Acesso em: 11 nov. 2021.

_____. *O Livro Didático e a Democratização da escola*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade de São Paulo/USP, 1981. Disponível em: <https://pos.ffch.usp.br/node/40777>. Acesso em: 25 maio 2022.

PISA, Edite. *O caminho das águas*. Estereótipos de personagens negras por escritoras brancas. São Paulo: EDUSP, 1998.

ROSEMBERG, Fulvia. *Literatura Infantil e Ideologia*. São Paulo: Global, 1984.

SANTOS, Wellington Oliveira dos. *Relações raciais, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e livros didáticos de geografia*. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba: UFPR, 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/27543>. Acesso em: 11 nov. 2021.

SOUZA, Sidnei Marinho de. *Novas iconografias no livro didático de História: análise e recepção do racismo e antirracismo imagético por jovens do ensino médio*. Tese (Doutorado em Educação). BeloHorizonte: UFMG, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/38155>. Acesso em: 11 nov. 2021.

SPLENGER, Maria Laura; DEBUS, Eliane. “Personagens negras nos livros de imagens do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) para a Educação Infantil”. *Roteiro*, v. 44, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3519/351964668005/html/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

RACISMO RELIGIOSO EM TEMPO DE ATAQUE À DEMOCRACIA

ÌYÁ SANDRALI DE Ó SÚN¹

No dia 23 de julho de 2020, na 5ª Reunião da Bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado com o Movimento Negro, fiz um pronunciamento na tentativa de retratar a luta coletiva do movimento do povo de terreiro no combate ao racismo religioso e a defesa da laicidade do Estado. O texto, que ora apresento, é uma síntese desse pronunciamento contribuindo, como uma gota no oceano, na construção de estratégias no combate à intolerância religiosa. E o faço movida pelo compromisso de estar, constantemente, à procura de instrumentos que viabilizem a pauta de luta do povo de terreiro, como uma ferramenta estratégica na reorganização política, a partir dos princípios civilizatórios da tradição de matriz africana e afrodiáspórica, que reúne saberes e vivências capazes de saciar a fome coletiva

1. Nome de identidade religiosa de Sandrali de Campos Bueno, psicóloga, especialista em Criminologia. Servidora pública. Autoridade Civilizatória de Tradição de Matriz Africana e Afrodiáspórica do Batuque do Rio Grande do Sul. Secretária Executiva do Conselho do Povo de Terreiro do Estado do Rio Grande do Sul. Coordenadora do GT Mulheres de Axé do Núcleo RS da Rede Nacional. Secretária-geral do Conselho Municipal do Povo de Terreiro de Pelotas. Coordenadora do Coletivo Político Negritividade/PTRS. Coordenadora do Coletivo Antirracista O Melhor de Cada Uma/Pelotas/RS. Coordenadora de Formação do Movimento Negro Unificado/RS. Integra a Comissão Operativa do Fórum Inter-religioso e Ecumênico pela Democracia/RS e o Comitê Inter-religioso/Pelotas/RS. Integra a Executiva do PT/Pelotas. Integra o Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas de Igualdade Racial-FPA.

em busca de respostas na diversidade, no pluralismo, na coletividade, na ancestralidade e no bem viver de todos e para todos.

Falar de racismo religioso em tempos de ataque à democracia, é falar da resistência desde que aqui chegou o primeiro homem africano e a primeira mulher africana, arrancados do Berço da Humanidade e despojados de sua dignidade de ser o que se é. Com isso quero, humildemente, dedicar essa escrita à Mãe Gilda, que morreu por conta da intolerância religiosa e, ainda hoje, sofre racismo religioso, como foi o ato criminoso em que o seu busto foi violado.

O grito do povo de terreiro tem sido contundente para explicitar como o Estado brasileiro tratou e continua tratando a expressividade religiosa da tradição de matriz africana. Mesmo com a Constituição Federal de 1988, com o Decreto 6040, com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), esse povo ainda é submetido a buscar autorizações e alvarás nas prefeituras ou submeter-se a processos de um Judiciário, de um Ministério Público, que o considera baderneiro e contraventor da ordem pública, obrigando que se renove a luta contra projetos de lei que criminalizam as manifestações religiosas de origem africana e afrodiaspórica e consolidam a opção do Estado em não reconhecer e aprofundar políticas públicas que coíbam a violência e o avanço do fundamentalismo religioso em detrimento da frágil laicidade do Estado brasileiro.²

2. Winnie Bueno, *Aspectos sócio-jurídicos sobre intolerância religiosa, laicidade do Estado e direito ao culto frente às tradições de matriz africana*. Trabalho de conclusão (Bacharel em Direito). Orientadora: Marcia Rodrigues Bertoldi. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2015.

A luta coletiva e da resistência de um povo cuja expressão da religiosidade quando percebida enquanto folclore é permitida e, muitas vezes, equivocada ou pejorativamente imitada, mas quando se anuncia como visão de mundo, como concepção que permeia a existência, o racismo se expressa na sua forma mais violenta e cruel, utilizando-se de mecanismos que tornam invisíveis as motivações criminosas daqueles que se colocam na categoria de intolerantes religiosos. No Brasil, não é intolerância religiosa. É racismo e, sendo assim, é crime.

Diante disso, a análise e a reflexão política, em tempos de resistência, devem se apresentar, para além do discurso, conectadas com a realidade do cotidiano e da luta do povo de terreiro; povo que ressignifica geotopograficamente os princípios civilizatórios da tradição de matriz africana, em todo território brasileiro, comunicando seu propósito com a mesma potência das forças de Èsù- Èsú Èsù Elégbára, o Mensageiro da Comunicação, Senhor do Corpo e dos Caminhos, que ensina que, em tempos de ataque à democracia, há que se convergir na busca de estratégias revolucionárias para a construção de um mundo gerenciado pelo amor, pela solidariedade, pelo respeito, pela união.

O povo de terreiro atua enquanto pessoa no coletivo e, portanto, os desafios nunca são do indivíduo e os ataques a um serão sempre entendidos como a toda a coletividade. Esse modo de vivenciar o mundo faz com que se resista até aqui, como um taquaral que se curva à passagem das tempestades, mas jamais se

quebra, pois é na luta, como Ògún, o Senhor do Ferro, da Guerra, da Agricultura e da Tecnologia, que se forjam as próprias armas e ferramentas no enfrentamento dos ataques em tempos de ataque ao direito de cultuar o sagrado.

Na diáspora africana, preservar a vida está subscrito no legado dos antepassados: a resistência. Viver neste país, para negros e negras, sempre foi sinônimo de luta e de resistência. Luta e resistência que são conferidas pela força de *Yánsàn*, Senhora dos Ventos e da luta pela Liberdade, luta que o povo negro faz, na diáspora, desde meados do século XVI até os dias de hoje, num desafio constante e intermitente como as ondas do mar, em um vai e vem nem sempre tranquilo e sereno, mas em determinados momentos provocando tsunamis, destruindo conquistas históricas como nos tempos de hoje.

Em tempos de ataque à democracia, à resistência e à preservação da vida, é preciso potencializar as forças em circularidade, pois se o mundo gira pela força da mudança, de estratégias e de novos paradigmas, a Natureza Guerreira de *Obà*, a Senhora do Poder Político Feminino, organiza na luta e no girar da Roda Mítica que movimenta o mundo, na troca do saber legitimado pelo rigor da oralidade que se transmite e se compartilha. Saber legitimado pela força do Machado de *Sàngó*, Senhor do Fogo, da Fala Sagrada e da Justiça Mítica do Equilíbrio das Forças da Natureza, para que as escolhas sejam colocadas na balança e as mentiras sejam desveladas e, mais uma vez, desafiar a encontrar

estratégias de mobilização, para que no futuro se possa declarar que se contribuiu para a erradicação do racismo, assim como de todas as intolerâncias.

É preciso resistir diante daqueles que se apropriam do Estado, como se fosse propriedade privada, anunciando a morte e a destruição do direito de realização do outro. É preciso resistir e acreditar na radicalidade da democracia, no poder da Radicalidade Sagrada de Obaluaie, o senhor que vinga o malfeito, o desrespeito e a desonestidade, o Senhor da Vassoura Mítica que fortalece o grito que afugentara todos os usurpadores da democracia.

Há gritos entalados nas gargantas, embaixo de botas que sufocam os pescoços. Mas haverão de soltar todos os gritos que libertam, que emancipam, que anunciam possibilidades de mudança na realidade cotidiana desse povo que move esse país num intenso desejo de ser novamente uma nação respeitada no mundo inteiro, por ter erradicado a fome, o analfabetismo, a falta de moradia digna e que se orgulhe da produção científica, da pujança de suas empresas e do melhor sistema de saúde do mundo.

Tem-se uma longa caminhada cujo condutor tem sido a energia vital que se faz semelhante a tudo que existe e que se nutre na proteção e preservação da Caça e do Caçador, pela benção dos Orixás *Ode e Otin*, Casal Mítico, Senhor e Senhora Provedores do Alimento do Corpo e do Espírito. Alimento que dá o conhecimento e fortalece o contato com a espiritualidade da tradição de matriz africana, na diáspora, milenarmente, repassado e ativado

pela própria natureza da qual provém, que não se pauta por um livro sagrado, não tem uma bíblia, mas segue o rigor da oralidade.

É na Força Ser que é forjada no amor e na luta pela vida e pela liberdade que se fortalece a resistência do povo de terreiro, dos Povos da Tradição Civilizatória de Matriz Africana e Afro-brasileira no combate aos crimes de racismo e ódio religioso, crimes circunscritos na ideologia da supremacia de uns poucos sobre muitos. Por isso, defender o sagrado é lutar, com urgência absoluta, contra o extermínio do povo negro. É lutar contra as diferentes formas de violência. É posicionar-se frente à história; é restaurar o projeto de vida em comunidade; é lutar pela manutenção das tradições e pelo direito a vivenciá-las, pelo direito intrínseco à existência e ao modo de estar e de ser no mundo. É lutar pela preservação dos ambientes, dos territórios material e imaterial, da preservação das matas, das florestas, das águas e dos espaços sagrados no culto de *Ò sányìn*, Senhor das Folhas, aquele que guarda o segredo das plantas e das folhas que curam.

Em tempos de reconstrução de unidade na luta anticapitalista, de combate às práticas fascistas, de negação da ciência e dos avanços tecnológicos, a resistência do povo de terreiro está subscrita na energia criadora de *Yemojá*, Senhora Dona do Pensamento, a Grande Mãe Cuidadora de Toda Humanidade, que abençoa cada vez que se caminha junto e as ideias se harmonizam no enfrentamento dos retrocessos de conquistas coletivas.

São muitos os desafios. Desafio que é um só, mas que se dá em muitas frentes defendidas com o espelho mítico que *Ò sún*, a

Senhora da fertilidade, das Riquezas Naturais, da Beleza, que concebe a diversidade como um direito sagrado de expressar o propósito de vida de cada pessoa, enquanto Ser Força e Guardiã dos bens da comunidade. E aqui cabe uma pergunta:

Quais os paradigmas que levam outras pessoas a violentar física e moralmente a dignidade de pessoas que expressam sua fé a partir de uma matriz diferente da sua?

A ausência de respostas declara a dificuldade de superação do racismo e consolida a opção do Estado em não reconhecer e aprofundar políticas públicas que coíbam a violência e eliminem os marcadores raciais das ações repressoras do Estado, escamoteando a realidade vivida no dia a dia pela população negra, na qual o preconceito perpassa todos os segmentos sociais, especialmente diante do fundamentalismo religioso que tem se caracterizado por práticas teocráticas, baseando-se numa leitura equivocada dos princípios que fundam as religiosidades. Mas basta! Nós queremos “colocar o bode na sala”. Um bode que tem permitido que invadam nossos terreiros, que matem nossos jovens, que coloquem o joelho e a bota no nosso pescoço e as balas de fuzis em nossos peitos quando matam nossa juventude e estrangulam o futuro deste país.

Portanto, a força, o fazer política, as ações, a luta e o saber dos antepassados estão representados nos fios de conta. Cada conta significa uma pauta de luta, um símbolo da luta pelo sagrado, símbolo pela ancestralidade, símbolo de luta de indignação

pelo descaso e descompromisso do Estado para com a pauta do combate ao racismo, às discriminações, à intolerância religiosa que violenta e mata.

E é por tudo isto que até *Òsàálá*, o Senhor da Criação, do Pano Branco, da Paz, “também vai à guerra”, também sai dos terreiros para fazer política em tempos de resistência, diante do desmonte do que foi construído pelo suor, sangue e conhecimento do povo negro, desmonte causado pelo racismo antinegro, escondido sob o manto dos interesses do capital, da luta de classe e do crime de racismo cultural e religioso.



ESTE LIVRO FOI COMPOSTO
EM ADOBE GARAMOND PRO,
CORPO 12,5/18,3.

TIRAGEM DE MIL EXEMPLARES
EM PRIMEIRA EDIÇÃO.
CAPA EM SUPREMO 250G
E MIOLO COUCHÉ FOSCO 90G.
IMPRESSOS POR MUNDIAL GRÁFICA.



APOIO:



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores